

CAMPO

Dom Tomás Balduino
analisa o aumento da
violência do latifúndio

ECONOMIA

Armadilha neoliberal
impede o crescimento
sustentado do Brasil

INTERNACIONAL

As razões da crise
do sindicalismo
fordista na Europa

ANO 19 - Nº 50 - R\$ 7,50 - JAN/FEV/MAR-2005

Debate Sindical

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

A luta pela paz





OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Av. Brigadeiro Luís Antônio,
nº 993, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,
fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Antônia Rangel
Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
Guiomar Prates
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Oswaldo Bertolino
Sérgio Barroso
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Viane Martins
Wagner Gomes

Ilustração:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:

Editora Parma Ltda

- 4 A batalha da reforma sindical**
ALTAMIRO BORGES
- 6 A 50ª edição da revista Debate Sindical**
- 8 A retomada das greves no Brasil**
EMANOEL SOUZA/ANTONIO CARLOS SPIS/MAURÍCIO RAMOS
- 13 Modernidade e o padrão de emprego asiático**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 14 O Brasil está proibido de crescer**
EDMILSON COSTA
- 18 Os ataques neoliberais à gestão do BNDES**
PAULA BEIGUELMAN
- 21 Liberdade Brasil: A luta contra a ditadura financeira**
RITA CASARO
- 24 A reforma sindical no serviço público**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 25 O avanço da terceirização e da precarização do trabalho**
GILSON REIS
- 27 5º FSM: Do Anti-Davos à luta pela paz**
SÔNIA CORRÊA
- 32 Os legítimos recursos sindicais em debate**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 33 A violência no campo no governo Lula**
DOM TOMÁS BALDUINO
- 36 O agronegócio e a reforma agrária**
BERNARDO MANÇANO FERNANDES
- 40 Núcleo Piratininga de Comunicação completa dez anos**
ELIANE AMARAL
- 43 A revolução da Internet e a imprensa sindical**
CLÁUDIO GONZALEZ
- 46 A saúde no país ainda permanece no hospital**
COLUNA: HERVAL PINA RIBEIRO
- 47 A crise do sindicalismo fordista na Europa**
MARCOS DEL ROIO
- 50 Dicas de filmes e de páginas da Internet**
MONICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ

A batalha da reforma

ALTAMIRO BORGES

Um rápido balanço indica que 2004 foi um ano, no essencial, mais positivo para o sindicalismo brasileiro. Após um período de certa confusão e letargia, ele conseguiu calibrar melhor a sua tática para enfrentar a complexa e inédita realidade de um país governado por um ex-sindicalista. No geral, não ficou prostrado na passividade e nem caiu numa posição aventureira. Ele soube aproveitar melhor o clima de democracia que se respira no país e mesmo a tímida retomada da economia para encaminhar as justas reivindicações de suas bases. Também passou a adotar uma postura mais ativa de pressão sobre o próprio governo Lula.

O ponto alto da aplicação dessa tática mais equilibrada, que preserva a autonomia do movimento sindical e combina combatividade com habilidade política, ocorreu no final do ano. As cinco principais centrais organizaram uma marcha a Brasília e conquistaram a inclusão no Orçamento da União de 2005 de um aumento real no valor do salário mínimo e a correção da tabela do Imposto de Renda. Em certo sentido, essa ação impingiu uma derrota à "ortodoxia de galinheiro" que comanda a área econômica do governo.

Na prática, a marcha das centrais refletiu o descontentamento já latente entre os trabalhadores e a própria pressão realizada pelas bases sindicais. Após quase uma década



Marcello Casal Jr./ABR

Após um ano de certa reativação do sindicalismo, 2005 promete intensa pressão e acaloradas polêmicas em torno da explosiva reforma sindical

de perdas salariais e regressão social, em 2004 várias categorias forçaram avanços na mesa de negociações e outras retomaram o recurso da greve para romper a intransigência patronal. Segundo o Dieese, de um total de 262 categorias com data-base no primeiro semestre, 208 (79%) tiveram reajuste igual ou superior à inflação, no melhor resultado da última década. Em 2003, por exemplo, apenas 41,9% das categorias conquistaram reajustes acima do INPC.

Além da questão salarial, os trabalhadores também reivindicaram a extinção do

nefasto banco de horas, a limitação das horas extras e o fim das terceirizações. No ABC paulista, após várias greves localizadas, os metalúrgicos conseguiram limitar o uso das extras. Já os metalúrgicos da Ford da Bahia conquistaram a redução da jornada após uma aguerrida paralisação. A retomada de greves longas e massivas foi outra marca de 2004, com destaque para a campanha nacional dos bancários que há tempos não paralisavam as suas atividades. Como se observa, o clima em 2004 já não foi de apatia e passividade do sindicalismo.

sindical

NOVOS CONFRONTOS

A tendência para 2005, conforme reconhece a própria Agência Brasileira de Informações (Abin), é a do aumento das tensões sociais. Devido ao tacaño ajuste fiscal imposto pelos neoliberais de plantão, verbas públicas seguem contingenciadas e vários programas sociais não decolam – como o da reforma agrária e da ampliação de moradias. MST, Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores) e outros movimentos sociais já aprovaram planos de ação que prevêem maiores protestos nesse ano. Já os trabalhadores urbanos, que retomaram o caminho das greves, serão mais incisivos nas suas campanhas salariais – inclusive aproveitando-se da presumida manutenção das taxas de crescimento da economia.

Outro tema explosivo, que deverá concentrar as energias do sindicalismo, será o da reforma sindical. No ano passado, o que parecia ser a construção de um consenso terminou numa abissal divergência. Após um ano e meio de tensas negociações, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), organismo tripartite que reúne representantes do governo, dos empresários e das centrais sindicais, concluiu o seu relatório já num clima de desconfiança e justificada preocupação. Para piorar, o governo deu uma redação jurídica à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e ao projeto de lei que enviou de vez a reforma sindical.

Com exceção da CUT, todas as demais centrais abandonaram o FNT como resposta à postura do governo. Na própria CUT, sua segunda maior tendência interna, a Corrente Sindical Classista (CSC), divulgou um documento taxando a reforma de “inaceitável” por fragilizar o sindicalismo, estimular sua pulverização e abrir brecha para a flexibilização dos direitos trabalhistas. Apesar da chiadeira, o Ministério do Trabalho já anunciou que defenderá o encaminhamento imediato da polêmica proposta para discussão e votação no Congresso Nacional – um terreno ainda mais inóspito para o sindicalismo. A briga promete ser titânica!

Num esforço para evitar um confronto e um desgaste desnecessários e para aproveitar essa oportunidade no rumo do aperfeiçoamento da estrutura sindical brasileira, a CSC apresentou recentemente um conjunto de propostas objetivando viabilizar uma reforma progressista e avançada. Segundo João Batista Lemos, coordenador nacional da CSC, “os pontos sugeridos serão discutidos com os representantes das centrais, confederações, federações e sindicatos visando obter um consenso”. As propostas são as seguintes:

1. as organizações sindicais poderão ser construídas por ramo de atividade ou categorias econômicas e profissionais;
2. direito à opção pela exclusividade de representação para os sindicatos atuais e futuros, desde que esta seja definida em assembléia e condicionada à aceitação de critérios de representatividade e democracia interna;
3. os sindicatos, atuais e futuros,

devem ter critérios de representatividade baseados na sindicalização, não podendo o número de sócios ser inferior a 10%;

4. reconhecimento das centrais com poder negocial;
5. reconhecimento da possibilidade da existência de mais de uma entidade nos níveis superiores desde que comprovada sua representatividade;
6. extinção gradativa da Contribuição Sindical, bem como dos descontos confederativo e assistencial, e instituição da Contribuição Negocial, definida em assembléia e descontada obrigatoriamente em folha de pagamento;
7. instituição das comissões sindicais de base;
8. ratificação da Convenção 158 da OIT que impede a demissão imotivada;
9. assegurar na Constituição o direito dos servidores públicos à organização sindical, à negociação coletiva e à greve;
10. instituição do Conselho Nacional de Relações do Trabalho desatrelado do Ministério do Trabalho.

A palavra agora está com o governo! Se vingar a visão liberal do sindicalismo e a idílica defesa da “livre negociação”, a reforma poderá produzir ainda maiores fraturas numa das principais bases de apoio e gerar intensas disputas no Congresso Nacional. O ano de 2005 promete fortes emoções!

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical

50ª edição da revista

Lançada em maio de 1986 com uma homenagem ao centenário do 1º de Maio, a revista *Debate Sindical* edita agora o seu 50ª número. Um feito impressionante num país em que é tão difícil manter publicações alternativas voltadas para os movimentos sociais. Durante esses quase 20 anos, ela sobreviveu sempre na UTI, com enormes dificuldades financeiras para se viabilizar. Seu projeto editorial nunca foi abandonado: editar uma revista de análise aprofundada, de polêmica franca e fraterna e de intercâmbio de experiências.

Atualmente, ela é a única publicação especializada no estudo do sindicalismo e do mundo do trabalho que ainda resiste no país. Ela adquiriu respeitabilidade entre as várias correntes e centrais sindicais do país e credibilidade junto aos meios acadêmicos. No aniversário da *Debate Sindical*, sindicalistas e intelectuais enviaram mensagens abordando o significado da revista e desejando-lhe vinda longa!

Parabéns pela 50ª edição de *Debate Sindical*. Espero que ela continue cumprindo o papel de ser mais um instrumento para a troca de idéias e posicionamentos do sindicalismo, contribuindo para o esclarecimento de tudo o que envolve as relações do trabalho no Brasil e no mundo. Sabemos das dificuldades, inclusive financeiras, de manter veículos desse tipo nas entidades sindicais. Mas a *Debate Sindical* mostra que é possível persistir. Para isso, basta ter convicção da importância da comunicação. Vida longa à revista!

Luiz Marinho – presidente nacional da CUT

A *Debate Sindical* tem mantido um importante espaço público de debate e reflexão sobre a situação e os rumos do país. Em tempos de completo domínio dos grandes veículos de mídia, a revista é uma pequena luz de independência na imprensa brasileira. Vida longa a este espaço de inteligência.

Claudio Salvadori Dedecca – professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP

A Fenafar é assinante da *Debate Sindical* já há alguns anos. A cada edição oferecemos um exemplar aos sindicatos filiados à federação. A pauta atual da revista, o aprofundamento dos temas e o espaço para polêmicas têm sido, sem dúvida, um importante instrumento de

formação das lideranças farmacêuticas.

Maria Eugênia Carvalhaes Cury – presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos

Nesta bela comemoração de seu número 50, a *Debate Sindical* mostra que veio para marcar presença e história em nosso cenário sindical. As suas páginas têm dado boa acolhida, sempre, para a polêmica, a reflexão, a discussão e análise dos temas que dizem diretamente respeito à classe trabalhadora, ao movimento sindical, enfim, às forças sociais do trabalho. Assim foi nessa primeira quadra, nestes primeiros 50 números. Nova fase agora se inicia. Quando o cenário parecia mais favorável, eis que novos desafios e embates se impõem, uma vez mais. Esperamos que a *Debate Sindical* continue, como sempre tem sido, um espaço vivo de debate, democrático e de esquerda. Comprometida, certamente, com os interesses mais fortes do mundo do trabalho. Parabéns, pois, à nossa *Debate Sindical*.

Ricardo Antunes – professor titular de sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp/SP

Sou leitor da *Debate Sindical* e afirmo que plasmei minha personalidade sindical em função da influência dessa revista. Sua lucidez e clareza se refletem na

Debate Sindical

capacidade de abordar questões complexas de maneira ampla, porém não eclética. É, sem dúvida, um instrumento indispensável ao sindicalismo classista.

**Helifax de Souza Pinto –
presidente do Sindicato dos
Trabalhadores em Água, Esgoto
e Meio Ambiente do Estado de
São Paulo (Sintaema)**

O movimento operário revolucionário, notadamente aquele inspirado na ação e na obra de Lênin, sustenta que a luta econômica, mesmo entendida em sentido amplo, não deve ser confundida com a luta política e nem com a luta de idéias. Os sindicatos defendem os interesses e reivindicações comuns de todos os trabalhadores assalariados. Mas, diferentemente do “sindicalismo de resultados” e demais tendências subordinadas ao patronato, que restringem o horizonte de sua ação a pequenas barganhas corporativas, os militantes sindicais lúcidos e conseqüentes, sem pretender travar o combate político no lugar dos partidos que lutam pelo socialismo, consideram que a autodefesa coletiva dos trabalhadores sob a dominação da burguesia, enquanto produtores de riquezas e enquanto cidadãos, exige a compreensão profunda das grandes questões da sociedade em seu todo. Veículo indispensável da luta de idéias assim compreendida, *Debate*

Sindical, enfrentando com determinação as dificuldades postas no caminho da imprensa operária, crítica e independente, atingiu seu 50º número com inteira fidelidade aos objetivos que lhe deram origem. Merece, pois, o respeito e o apoio de todos os que lutam por uma nova sociedade e uma nova cultura.

**João Quartim de Moraes –
professor do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Unicamp/SP**

O Sinpro/MG parabeniza a equipe de *Debate Sindical* pela edição de número 50. A revista contribui para promoção do debate de idéias através do retrato da realidade brasileira e mundial na perspectiva dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Não podemos prescindir de tão competente publicação.

**Décio Braga – presidente
do Sindicato dos Professores de
Minas Gerais (Sinpro/MG)**

A *Debate Sindical* tem sido um importante espaço de discussão nos mais variados setores do movimento sindical. Sem dúvida, contribui, também, como um significativo elo de ligação entre a prática sindical e a reflexão acadêmica. Espero que continue trilhando este caminho. Parabéns pela 50ª edição da revista.

**Iram Jácome Rodrigues –
professor da Universidade de
São Paulo**

**Debate
Sindical** 50
EXCLUSIVO



A construção de uma CGT forte e combativa

**Debate
Sindical**



**Debate
Sindical**



**Debate
Sindical**



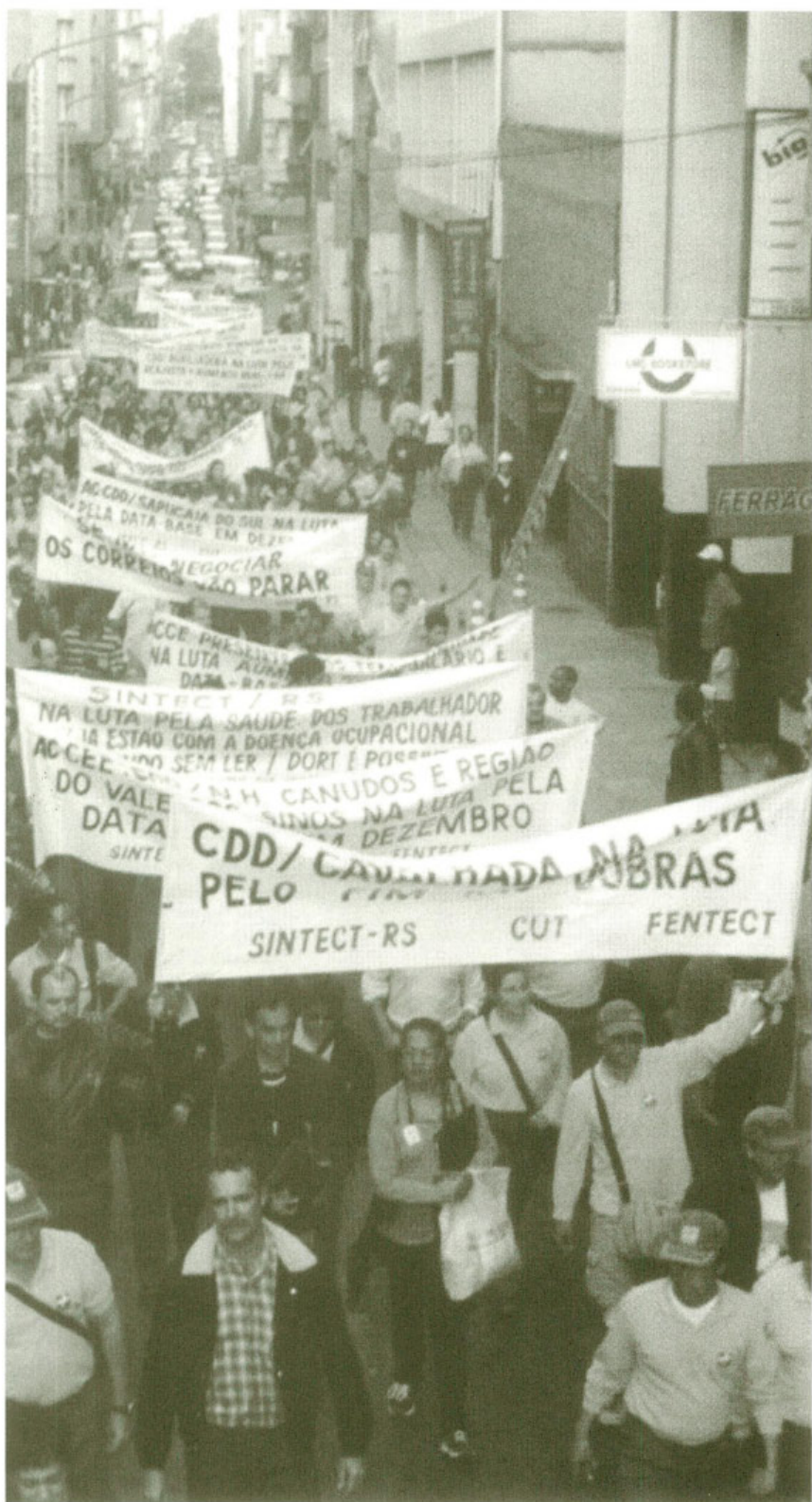
**Debate
Sindical**



**Debate
Sindical**



A retomada das greves



No final de 2004, paralisações e protestos sacudiram todo o país na luta por melhores salários e condições de trabalho. Categorias que há muitos anos não cruzavam os braços realizaram greves nacionais massivas e prolongadas – como os bancários; outras promoveram manifestações e endureceram nas negociações com o patronato. O saldo foi positivo: reajustes salariais acima da inflação, extinção do nefasto banco de horas e limitação das terceirizações. A retomada dessa onda grevista refletiu a nova realidade do Brasil, com a existência de um governo mais democrático e o tímido crescimento da economia.

A história de uma greve histórica



Na mais longa greve da sua história, bancários enfrentaram o capital financeiro e o governo, a repressão e os erros das cúpulas sindicais

EMANOEL SOUZA DE JESUS

A greve dos bancários entra para a história não apenas por seus 30 dias de duração, mas principalmente pelas lições que deixa aos movimentos sociais nestes tempos de governo democrático. Para contar a sua história é preciso voltar aos anos 80, quando a categoria tinha quase 1 milhão de trabalhadores e realizava massivas greves. Com o neoliberalismo, ela experimentou um perverso processo de desconstrução.

O projeto de privatização, que extinguiu quase todos os bancos estaduais e debilitou os federais,

as fusões e aquisições na rede privada, a terceirização e a automação custaram aos bancários 60% dos empregos e a deterioração do trabalho. Nessa fase, o governo FHC impôs violento arrocho preparando o terreno para a privatização dos bancos federais, substituindo reajustes por abonos e reduzindo os direitos da categoria.

A eleição de Lula abriu a possibilidade da reunificação das campanhas salariais. Em 2003, funcionários do BB e da Caixa deflagraram greve, mas conquistaram acordos idênticos ao da Fenaban. Ficou claro que para

construir a unificação seria necessário tratamento diferenciado para os bancos públicos e não apenas uma unidade artificial, como desejam a direção dos bancos e aceitam alguns dirigentes sindicais.

Na Conferência Nacional dos Bancários, a tese defendida pela Corrente Sindical Classista (CSC) unificou 95% do plenário. Aprovou-se uma campanha unificada com mesa única na Fenaban e, em paralelo, mesas específicas nos bancos públicos para definir mecanismos de recomposição salarial destes bancários.

REBELIÃO DAS BASES

Contudo, a Articulação Sindical (Artban), corrente majoritária na categoria, não priorizou as negociações específicas dos federais e explicitou sua prática cupulista e governista. Ele negociou com a Fenaban, sem transparência, uma proposta (8,5% e mais R\$ 30,00 para quem recebe menos de R\$ 1.500) e, mais grave, garantiu aos banqueiros e ao governo que ela seria aceita sem qualquer consulta prévia às bases.

A proposta trazia algumas conquistas, como o primeiro aumento real de salário dos últimos 15 anos e a 13ª cesta-alimentação. Mas era insuficiente para os bancários da rede privada diante dos lucros bilionários do setor e para o pessoal da rede pública, que não via contempladas suas reivindicações específicas (PCS, isonomia, previdência complementar) e nem a tão almejada recomposição do poder de compra do salário.

Em 14 de setembro, a cúpula da Artban emplacou na executiva da Confederação Nacional dos Bancários (CNB), por sete votos a quatro (votaram contra as federações da BA/SE, RS, SC e RJ/ES), a aceitação da proposta e partiu para a assembléia de São Paulo (onde a presença de bancários da rede privada é maior do que a da rede pública) com o objetivo de aprová-la e desarticular a greve prevista para 21 de setembro.

Ledo engano! Lideradas pelas demais correntes que atuam na categoria, as bases passaram por cima da diretoria do sindicato e da CNB/CUT, rejeitaram a proposta e partiram unidos para a greve. No mesmo dia, ela teve a adesão de Brasília, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Goiás. A crise de representatividade ficou explícita.

Mesmo setores da Artban se rebelaram contra a cúpula e a greve se alastrou pelo país.

Diante de tamanha trapalhada, a cúpula da Artban deixou o movimento seguir no "piloto automático". Já os banqueiros jogaram duro. Recorreram ao velho expediente do Interdito Proibitório (que determina que o sindicalista deve ficar a mais de 50 metros dos bancos, sob pena de pesadas multas contra os sindicatos) e abusaram da repressão policial. Mas a greve seguiu forte, especialmente nos bancos públicos.

DESGASTE DO GOVERNO

Buscou-se, então, o governo para avançar na proposta dos bancos públicos e intermediar junto a Fenaban uma saída negociada. No início, o presidente Lula declarou que a greve era justa. Na sequência, porém, o governo autorizou os bancos públicos a descontarem os dias parados e se aferrarem na proposta rejeitada.

Lamentavelmente, prevaleceu a mesma estratégia usada por FHC contra os petroleiros em 1995: derrotar a greve pelo cansaço numa categoria forte, como a dos bancários, e com isto inibir o assenso das lutas dos trabalhadores. Esta postura gerou grande desgaste do governo Lula na categoria e também na sociedade.

Mais uma vez, governo e banqueiros apostaram no esvaziamento da greve. Passada a eleição de outubro, o movimento seguiu forte no setor público, mas poucos estados mantiveram a paralisação nos bancos privados, com destaque para a Bahia e o Rio de Janeiro. Esse cenário fez surgir inquietação nas bases.

Diante do impasse, o PSTU propôs o ajuizamento do dissídio no TST pela pelega Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec). Na prática, essa corrente encarou a greve como um instrumento para desgastar o governo Lula e a Artban e como palanque eleitoral de seus candidatos.

A tese do ajuizamento venceu no Rio de Janeiro e Brasília e deu fôlego à velha Contec, que ajudou FHC a implantar o arrocho dos anos 90 e já era carta fora do baralho nas lutas da categoria. Com a marcação do julgamento no TST e o cansaço dos grevistas, a CNB orientou a suspensão da greve no seu trigésimo dia.

O julgamento não encerrou a campanha. Manteve o reajuste da Fenaban, concedeu um abono de mil reais e determinou o pagamento de metade das faltas e compensação das demais. Os demais itens da pauta de reivindicações ficaram em aberto. O acordo com a Fenaban só foi aprovado em novembro e prosseguiram as negociações nos bancos públicos para garantir as demais cláusulas já negociadas antes da greve.

Apesar do tímido resultado econômico, a greve representou uma vitória política de monta. Os bancários enfrentaram o segmento mais poderoso do país, o capital financeiro, e o governo. Derrotaram manobras jurídicas, não se intimidaram com a repressão policial, passaram por cima dos erros de algumas direções sindicais e resistiram na mais longa greve de sua história. Provaram que, mais do que possível, é preciso lutar.

Emanuel Souza de Jesus é economista e jornalista, diretor da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT) e do Sindicato dos Bancários da Bahia

Uma paralisação contra o desrespeito

ANTONIO CARLOS SPIS

A campanha salarial dos petroleiros do ano passado foi marcada pelo desrespeito! Desde o direito à negociação até o uso de práticas anti-sindicais, muitas vezes a intransigência foi pior do que a do “tempo de FHC”. Em agosto de 2004, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) protocolou a sua pauta de reivindicação junto à Petrobras, que só se dignou a respondê-la após uma paralisação nacional de duas horas em todo o país.

A recuperação inflacionária, calculada pelo ICV/Dieese, estava garantida, mas os negociadores patronais insistiram em manter as discriminações contra os aposentados e os admitidos após 1997, além de não apresentarem cláusulas que pudessem melhorar as condições de segurança no desenvolvimento da jornada de trabalho. A média de petroleiros mortos em acidentes continua sendo de duas por mês, desde 1998.

Com o argumento de que a greve dos bancários trazia um “complicador” para as campanhas salariais no segundo semestre, os negociadores da Petrobras se negavam a continuar os debates. Convocamos, então, um período de greves “pipoca”, em outubro, quando todas as unidades da

A categoria aderiu à greve pipoca, rejeitou a intransigência da Petrobrás e criticou a postura desrespeitosa do governo Lula

Petrobras se intercalaram dia-a-dia surpreendendo a empresa em paralisações de 24 horas.

CRÍTICAS E PRESSÃO

Houve grande adesão nacional e as bases rejeitaram, por unanimidade, o patamar em que se encontrava a negociação e criticaram, contundentemente, a direção da Petrobras e o governo Lula, não só por manterem os mesmos métodos do governo anterior, mas também pela entrega de áreas com grandes reservas de petróleo durante o último leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Fortalecida pela rejeição em massa da contraproposta da Petrobras, a FUP se reuniu com representantes do governo e com o presidente da empresa, José Eduardo Dutra, para cobrar o atendimento das principais reivindicações da categoria. Depois de um longo debate que resultou numa nova contraproposta, em 28 de outubro iniciou-se um período de avaliações em assembleias

nacionais, que deliberaram pelo indicativo da FUP de aceitar a proposta.

Os principais direitos incorporados ao acordo coletivo 2004/2005 são: a) Trabalhadores novos: acabam as discriminações entre os petroleiros admitidos antes e depois de 31 de agosto de 1997. Essa é a maior conquista desse acordo: “Igualdade de direitos”; b) Aposentados: pagamento de três benefícios, com valores de setembro de 2004 para os aposentados e pensionistas que não se sujeitaram à pressão da Petrobras num processo de migração de plano de Previdência, em 2001; c) Ganho real: conquista do ICV/Dieese para os trabalhadores da ativa e aposentados e o avanço de um nível na carreira para todos da ativa, representando, em média, 12,01% de aumento.

A unidade dos petroleiros ao longo da campanha, as mobilizações e as estratégias de negociação foram fundamentais para garantir um bom acordo coletivo para toda a categoria.

Antonio Carlos Spis é petroleiro, secretário nacional de comunicação da CUT e ex-coordenador da FUP



Divulgação

MAURÍCIO RAMOS

Na campanha salarial de 2004, os metalúrgicos do Rio de Janeiro conquistaram a reposição da inflação, o aumento real de 1,5% e a manutenção de importantes cláusulas sociais. A grande vitória, no entanto, foi o fim do banco de horas, instrumento de precarização do trabalho imposto pelo governo FHC.

Um resultado bem diferente dos difíceis anos 90, quando milhares de empresas faliram no Rio de Janeiro devido à política neoliberal de Collor e FHC. A categoria, que tinha 220 mil trabalhadores nos anos 80, encolheu para cerca de 50 mil com carteira assinada. Isto colocou o sindicato na defensiva, na luta pela manutenção do emprego e dos direitos e levou a acordos que, muitas vezes, não repunham nem a inflação.

Já nos dois últimos acordos, num cenário mais favorável às lutas dos trabalhadores, a categoria conseguiu importantes avanços. Em maio de 2003, uma campanha de emergência obteve 9% de antecipação salarial (e o INPC integral na data-base). Agora, a grande vitória: a retirada da convenção do banco de horas!

O BH fora imposto em 1997, quando a produção caiu em todo o país e as empresas, alegando ociosidade, ameaçavam com

Diante da ameaça de greve e do aquecimento do mercado, empresas concordaram em retirar da convenção coletiva o nefasto banco de horas

A luta contra o banco de horas

demissão em massa. Com a retomada do crescimento, o banco de horas passou a ser usado pelos empresários como instrumento para não pagar horas extras. Sua retirada agora beneficiará milhares de trabalhadores com o pagamento de horas extras, contando para o 13º salário, férias e FGTS.

AÇÕES DO SINDICATO

A campanha salarial de 2004 começou, oficialmente, no dia 15 de julho, numa assembléia que aprovou a pauta de reivindicações e um calendário de mobilizações. O índice reivindicado foi 15% (a previsão de INPC era de 7%). Iniciaram-se, então, as ações para mobilizar a categoria e pressionar a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

O Sindimetal do Rio de Janeiro representa os metalúrgicos de vários municípios da região metropolitana. Com isto, a base foi dividida em áreas para facilitar as ações. Realizaram-se assembléias por empresas e por áreas, nas quais se discutiam as reivindicações e se pulsava o grau das mobilizações. O Sindimetal também realizou vários eventos dentro do calendário da campanha salarial, como um torneio de futebol.

Enquanto isso, a comissão salarial eleita em assembléia

manteve várias reuniões com a diretoria da Firjan, que ofereceu o INPC integral e, para fevereiro, o aumento real de 1,5%. Diante da recusa do sindicato e temendo a decretação da greve num período do aquecimento do mercado, o patronato concordou, então, em retirar o banco de horas do acordo, uma bandeira metalúrgica desde 1997.

Além disso, a direção do sindicato, em conjunto com as comissões de fábrica, negociou e conquistou aumentos diferenciados em várias empresas. E, conforme deliberado também em assembléia, a campanha salarial prossegue nas empresas com alto índice de produtividade e lucratividade. A diretoria do sindicato e as comissões de fábrica estão mobilizadas, realizando assembléias por empresas, formatando pautas especiais de reivindicações e reunindo-se com os patrões para debater novos índices de aumento.

Na estatal Cobra, empresa de informática, já vingou um importante acordo diferenciado, que inclui INPC integral e aumento real de 1,7 (em outubro); abono de R\$ 1.000,00; aumento no tíquete-alimentação; cesta natalina de R\$ 300,00; e reajuste de 3%, em setembro de 2005, sobre o salário de agosto de 2005.

Maurício Ramos é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Modernidade e o padrão de emprego asiático

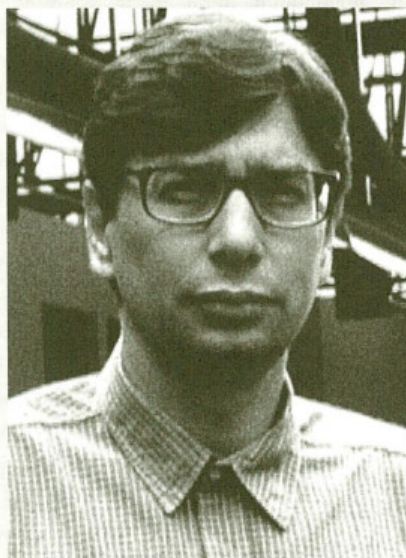
A modernidade que o neoliberalismo trouxe ao conjunto dos trabalhadores não passou da implantação no Brasil do padrão de emprego e de relações de trabalho asiático. Entre 1930 e 1980, o Brasil avançou consideravelmente na construção de uma sociedade salarial: de cada dez postos de trabalho abertos, oito eram de empregados assalariados e, destes, 88% tinham acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Não obstante a heterogeneidade verificada nas condições e relações de trabalho, houve uma padronização no formato da contratação do trabalhador. Predominou, direta ou indiretamente, o contrato individual de trabalho de tipo CLT para o setor privado, acompanhado de normas assemelhadas no setor público.

SINDICATO E JUSTIÇA

Em concomitância com o avanço dos contratos de trabalho para empregados assalariados – fruto de mais de cinco décadas de contínuo crescimento econômico –, fortaleceram-se duas instituições principais. De um lado, a Justiça do Trabalho como uma espécie de anteparo compensador ao desequilíbrio nas relações capital-trabalho existente num país de dimensão continental.

MARCIO POCHMANN



Atualmente, nove de cada dez empregos recebem até três salários mínimos

De outro lado, os sindicatos, que deixaram para trás a pluralidade de usos e remuneração vigentes até 1930 para constituir gradualmente uma representação institucional com recursos para vocalizar os interesses do trabalho no plano nacional. O ator sindicato, ao assumir proporção significativa no país, terminou sendo objeto de forte repressão nos governos ditatoriais – Estado Novo (1937-45) e Regime Militar (1964-85).

LÓGICA ESPÚRIA

O padrão de emprego varguista pressupunha direitos do trabalho inalienáveis, difundidos por uma nova inserção na economia mundial que passava pela industrialização e o rápido crescimento econômico. Com o ciclo da financeirização em curso desde o fim da década de 1980, a

inserção possível do país no mundo da globalização depende cada vez mais de custos reduzidos do trabalho com lógica espúria da competição em cima de produtos primários e de extrativismo mineral e vegetal.

Para esse novo contexto, o padrão de emprego varguista é anacrônico porque protege o trabalhador da flexibilização para baixo da CLT. Foi por isso que o mercado, com apoio do Estado, já fez a sua reforma trabalhista e sindical para rebaixar o custo do trabalho, ao mesmo tempo em que disponibilizou diversas formas de contratação de mão-de-obra.

TRABALHO PRECÁRIO

A predominância de salários reduzidos, com elevadas jornadas de trabalho e instabilidade na ocupação, aponta para a consolidação no Brasil do padrão de emprego asiático. Isso é confirmado pelos dados da PNAD do IBGE que mostram que no período de apenas dez anos (1993 a 2003), nove de cada dez vagas abertas foram de até três salários mínimos mensais (R\$ 780,00).

Além disso, aumentou substancialmente a quantidade de trabalhadores com diversos tipos de contrato (autônomo, terceirizado, cooperativado, *freelance*, estagiário, consultor, empregado com e sem carteira, sem remuneração, entre outros). Para fazer frente ao baixo salário e a instabilidade no emprego, aumentou a jornada com mais horas extras, o duplo e triplo trabalho e a ocupação de aposentados e pensionistas.

Marcio Pochmann é professor licenciado do Institut de Economia da Unicamp/SP

Não bastasse a ortodoxia
monetária, agora a equipe
econômica inventou uma nova
pérola neoclássica: o chamado
*produto potencial da economia
brasileira*



João Cruz/ABR

O Brasil está proibido de crescer

EDMILSON COSTA

A natureza foi bastante generosa com o Brasil: o país possui terra cultivável em abundância, muito embora sua propriedade esteja na mão de poucos; possui o maior reservatório de água doce do mundo; possui praticamente todas as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento econômico, muito embora esses recursos estáticos precisem ser transformados em recursos dinâmicos; possui sol o ano inteiro, ao contrário de muitas regiões do mundo onde as condições climáticas são desfavoráveis a maior parte do ano; possui ainda uma mão-de-obra jovem e disposta ao trabalho, todavia sem chances de ingressar no mercado e criar riquezas. No Brasil não há terremoto, maremoto, furacão, tufão ou coisas do gênero.

Além disso, o nosso crescimento industrial, pelo menos até 1980, foi um sucesso extraordinário. Mesmo levando-se em conta que o desenvolvimento foi realizado com marcante concentração de renda e exclusão social, o fato é que o país foi um dos poucos na América Latina que conseguiu um grau de industrialização capaz de suprir

seu mercado interno. O Brasil cresceu a taxas médias de cerca de 7% ao ano nesse período. Incorporou milhões ao mercado e realizou uma urbanização acelerada, muito embora com imensos problemas sociais. Mesmo assim, o balanço desses anos foi positivo. Para um mundo onde os oligopólios internacionais dão as cartas, essa performance pode ser considerada bastante exitosa.

Por que então um país com todas essas características favoráveis tem se caracterizado por ser uma nação profundamente desigual, com mais de duas décadas de estagnação econômica e regressão social, onde a maioria de sua população está vivendo na miséria? Antes de tudo, devido às condições históricas da formação brasileira, cuja classe dominante arrogante, autoritária e obtusa sempre se pautou pela exclusão da maioria da população da política

e dos frutos do progresso. Nos tempos mais recentes, a ditadura militar aprofundou a desigualdade, construindo um modelo econômico que, apesar do crescimento econômico, foi tão anti-social quanto a República Velha.

No entanto, com a reconquista da democracia, a população brasileira, que realizou uma histórica luta pelas liberdades democráticas, esperava que os governos civis procurassem reverter o rumo do modelo econômico e construir uma sociedade capaz de incorporar os milhões de brasileiros ao mercado. Bem que os articuladores do Plano Cruzado tentaram construir um modelo diferente (foi um dos poucos períodos em que ocorreu crescimento, com aumento do emprego e da renda), mas as condições políticas e econômicas da época levaram ao fracasso do plano. O que se viu posteriormente foram planos de estabilização que confiscaram renda dos assalariados e levaram o país à estagnação econômica.

Merece destaque nesta questão o Plano Real que aprofundou e acelerou a política neoliberal iniciada no governo Collor. Trata-se de um período em que o povo pagou elevado preço pela estabilização. FHC realizou um

Urge desmontar a armadilha montada no governo FHC, que subordina o país aos interesses do capital financeiro

A decisão de manter a política econômica neoliberal torna o governo Lula prisioneiro das próprias forças derrotadas nas urnas

conjunto de reformas para favorecer o grande capital nacional e internacional, aplicou no setor público e estimulou no setor privado uma contumaz política de confisco salarial, realizou uma abertura da economia que quebrou vários segmentos da indústria e aprofundou a desnacionalização. Multiplicou por dez a dívida interna e colocou o país numa armadilha financeira de difícil saída.

ESPERANÇA FRUSTRADA

No entanto, as esperanças do país voltaram-se para as eleições, nas quais um dos concorrentes propunha um modelo econômico alternativo ao neoliberalismo. Mas novamente os brasileiros podem se considerar frustrados, pois a política implementada pela equipe econômica do candidato vencedor, Luis Inácio Lula da Silva, com larga trajetória no movimento operário e militante de um partido então de esquerda, não apenas continuou como aprofundou em vários aspectos a política neoliberal do governo anterior.

Pode ser considerado até compreensível que, diante da herança do governo anterior e da chantagem do mercado (inflação alta, o chamado Risco-Brasil nas alturas, vulnerabilidade externa), o governo tenha mantido os elementos da política anterior para estabilizar a situação. Era necessário conduzir o país com cautela e demonstrar autoridade. No entanto, na medida em que o mercado voltou à calma, estava na

ordem do dia a implementação do programa vitorioso nas urnas. O governo tinha apoio popular e credibilidade. Era a hora de dar a virada. A decisão de manter a política neoliberal faz o governo perder uma oportunidade histórica deixando-o, a partir daí, prisioneiro das próprias forças derrotadas nas urnas.

Se observarmos mais atentamente esses quase dois anos de política econômica, sem nos deixar levar pela propaganda oficial, pode-se considerar que os seus resultados são francamente desfavoráveis à grande maioria da população e só tem privilegiado os setores nacionais e internacionais ligados à órbita financeira. O governo realizou uma reforma da previdência francamente alinhada com a política neoliberal, uma política truculenta para derrotar os funcionários públicos em greve e mais recentemente tratou duramente o movimento grevista dos trabalhadores dos bancos oficiais.

Praticamente, toda a política econômica está subordinada à administração da dívida interna, cujo pagamento dos juros vem aumentando a cada ano, estrangulando as finanças públicas e comprometendo o desenvolvimento do país. Os juros internos praticados junto aos agentes econômicos são os maiores do mundo, o que tem sufocado o investimento privado, uma vez que, diante de taxas tão elevadas, torna-se mais atrativo aplicar os recursos no mercado financeiro do que na produção.

Essa política não trava apenas



o investimento privado: o setor público, que historicamente sempre teve participação expressiva no investimento, também está manietado pelos superávits primários crescentes implementados pela equipe econômica. Nessa conjuntura, o aumento do volume de recursos a serem pagos por conta dos juros vai forçando o governo a



Wilson Dias/ABr

aliada ao enorme desemprego, tem levado a uma queda contínua na renda dos trabalhadores e, conseqüentemente, a limitações no processo de crescimento econômico.

COMPLEXO DE PIGMEU

A questão da economia se torna mais dramática em função do fundamentalismo demonstrado reiteradamente pela equipe econômica. Se não bastasse o encaminhamento ultra-ortodoxo da política monetária, agora a equipe econômica inventou uma nova pérola neoclássica: o chamado *produto potencial da economia brasileira*. Por este entendimento, a economia só poderá crescer até 3,5%; crescimento acima desse índice deverá provocar inflação e problemas no gerenciamento econômico.

Essa pérola neoclássica tupiniquim não está embasada em nenhum fundamento científico, mas apenas em modelos econométricos abstratos, que nada tem a ver com a realidade da vida econômica. Na verdade, esse *produto potencial* de 3,5% significa um complexo de pigmeu, típico do pensamento subdesenvolvido e subordinado aos interesses do capital financeiro nacional e internacional que desconhece completamente a trajetória histórica da economia brasileira.

Fala-se muito hoje do acelerado crescimento chinês, iniciado a partir de 1974, mas esquece-se que a economia brasileira foi capaz de demonstrar uma performance extraordinária durante um *Kondratiev* inteiro – 1930-1980. Essa é a nossa história: crescer a taxas elevadas e por um longo período. As políticas impostas pelo FMI a partir de 1981 é que

desorganizaram nossa economia, resultando em crescimento pífio, por volta de 2,5% em média ao ano, a partir daí.

CRESCIMENTO ACELERADO

Nossa história industrial foi uma história de sucesso porque a economia não estava manietada. Portanto, é nessa direção que a economia deve ser encaminhada. Primeiro, deve-se desmontar a armadilha montada no governo FHC, que é a subordinação da economia aos interesses dos centros financeiros internacionais, representados pelo FMI e pelo setor financeiro. Deve-se redirecionar a atividade econômica para a produção, de forma a gerar bons empregos e renda para a população.

Além disso, o Estado deve retomar o papel de indutor da atividade econômica, realizando investimentos em infra-estrutura, habitação, saúde, educação e saneamento básico. Para tanto, é necessário renegociar a dívida interna e alongar seu perfil, proporcionando ao Estado as condições para voltar a investir. Com a renegociação, abre-se espaço para acabar com esses esdrúxulos superávits primários e reduzir a taxa de juros, de forma a estimular o investimento privado e a retomada do desenvolvimento.

Continuar essa política suicida é condenar à miséria várias gerações de brasileiros. Ainda há tempo para mudar e encaminhar a construção de um Brasil próspero, soberano e democrático, com a incorporação dos trabalhadores ao mercado de trabalho e da população ao consumo de massas.

Edmilson Costa é doutor em economia pela Unicamp, com pós-doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da mesma instituição

aumentar o superávit primário e a cortar recursos para a área social, colocando assim o país num círculo vicioso de estagnação e regressão social.

Do lado da demanda, o que se pode observar é uma política salarial vergonhosa, com reajustes ridículos do salário mínimo e endurecimento semelhante aos tempos de FHC. Essa conjuntura,

Os ataques neoliberais

Demissão visou, entre outras razões, retirar do BNDES o seu principal instrumento financeiro, os recursos do FAT, para leiloá-los entre os bancos privados

PAULA BEIGUELMAN

Como é sabido, parte expressiva dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) está sob a responsabilidade do BNDES, que durante a gestão de Carlos Lessa cuidou dessa tarefa de maneira exemplar. Às observações acerca da demora na aprovação de projetos para a concessão de empréstimos, o presidente do banco respondia que todas essas operações envolviam muito dinheiro – um dinheiro sagrado pertencente ao trabalhador e que ele, Lessa, administrava como “cão de fila”.

Os empréstimos do BNDES são corrigidos pela TJLP (taxa de juros de longo prazo). Cabe ao Conselho Monetário Nacional (formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central) fixar essa taxa, reavaliada a cada três meses, e ao BC determinar sua aplicação. O professor Lessa criticava a própria metodologia de cálculo da TJLP, que embute a expectativa da inflação para os 12 meses seguintes, mais a avaliação do risco-país feita por agências internacionais. Isso significava, a seu ver, dar a bancos como o JP Morgan, que produz o indicador mais conhecido, o direito de influenciar a TJLP no Brasil. “Acho um absurdo o país colocar o seu futuro na arbitragem do JP Morgan”.



José Cruz/ABr

à gestão Lessa

MIRA DO MERCADO

Em fevereiro de 2004, a missão do FMI chegou a criticar o BNDES que, com essa taxa, estaria fazendo forte concorrência aos bancos privados e praticando subsídio. Mas diante da reação generalizada, inclusive do CNI (Confederação Nacional da Indústria), o FMI recuou. Já Lessa, ao contrário, reivindicava que a TJLP caísse dos 10% vigentes para 8%. Contudo, o CMN apenas concedeu um corte de 0,25%, considerado meramente simbólico. De qualquer maneira, a taxa de risco aplicada fazia a TJLP representar de fato o dobro da inflação, não havendo, pois, como argüir subsídio.

O BNDES continuava sob a mira do mercado. Em julho, era rebaixado pela agência de classificação Fitch por ter passado a atuar mais na atividade de fomento que na de investimento! O presidente da Fiesp na época, Horácio Lafer Piva, estranhou o argumento. Pouco mais tarde, era focalizado o apoio diferenciado à empresa nacional, como é, aliás, dever do BNDES. O *Wall Street Journal* apontava: “Enquanto o

governo Lula empenha-se em implementar políticas fiscais e econômicas mais atraentes, o presidente do BNDES adota ruidosamente agenda menos amigável ao capital estrangeiro”.

E então, em outubro, a reação desfechava sua ofensiva. No dia 14, Edward Amadeo, ex-ministro do Trabalho do governo anterior e agora membro de consultoria privada, sugeria em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, em tom de indagação: “O que aconteceria se uma parcela dos recursos do FAT fosse leiloada entre bancos privados?”. Quase em seguida, era publicada pelo mesmo jornal uma entrevista na qual Pêrsio Arida expunha seus pontos de vista, compartilhados por Edmar Bacha e André Lara Resende. O entrevistado preconizava a erradicação de “fundos de poupança forçada” – FGTS, Pis-Pasep e FAT; o que na verdade significava a reprodução de ameaças neoliberais anteriores.

REAÇÃO PATRIÓTICA

Num artigo intitulado “fetiches ideológicos”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 5 de novembro, Carlos Lessa reagia à insolente pretensão de se retirar do BNDES o seu principal instrumento financeiro, os recursos do FAT, para leiloá-los entre os bancos privados. Estava em curso, a seu ver, uma espécie de conspiração formada a partir de consultorias privadas e “acadêmicos-banqueiros” com a cooperação de alguns ex-presidentes do próprio BNDES. Com a garra de sempre, o

professor Lessa apelava para o sistema produtivo brasileiro e as forças políticas que o representavam, para que se dessem conta do ataque contra sua própria base de sobrevivência e expansão, que são os bancos públicos.

Mais uma vez, explicava a remodelação imprimida ao banco na sua gestão. O desvio do governo anterior, que tentou reduzir o BNDES a um banco de investimento com critérios privados, fora revertido pela nova administração, por decisão do presidente Lula. Em outra ocasião, Lessa já havia explicitado: “Nós não queremos vender empresas brasileiras ao exterior. Queremos, inclusive, que os empresários brasileiros recomprem empresas estrangeiras que estejam no Brasil. Nós queremos os brasileiros donos do Brasil”.

Na mesma linha, o vice-presidente do Banco, Darc Costa, declarava: “Esse discurso de que é necessário dar tudo ao sistema bancário acabou”. E observava ainda que os trabalhadores estavam de acordo com a redução da TJLP sobre os empréstimos com recursos do FAT, porque sabiam que atrás desse procedimento vinham empregos.

O conflito se agravou com a inserção de um novo tópico fundamental, relativo à questão dos créditos direcionados. A idéia de reduzi-los constaria da agenda de trabalho da equipe econômica para 2005/06, junto com outras medidas também delicadas como as referentes à autonomia operacional do Banco Central e à desvinculação entre o reajuste do salário mínimo e o da Previdência Social.

E então, em 10 de novembro, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o presidente do Banco

“É triste um país não poder diferenciar o capital nacional do estrangeiro; isso acontece em colônia”, afirmou Darc Costa

A tentativa de reduzir o BNDES a um banco de investimento com critérios privados foi revertida por decisão do próprio presidente Lula



Divulgação/Alto em apoio a Carlos Lessa, Rio de Janeiro

Central levantou o assunto. Perante platéia de empresários, opinou que os créditos de aplicação obrigatória, gerenciados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, seriam responsáveis pelos altos *spreads* vigentes no país. Ou seja, os créditos direcionados (rural, habitacional e do BNDES) estariam entre as causas principais do alto custo do dinheiro.

COBIÇA DOS BANCOS

Meirelles explicava que, ao serem concedidas taxas menores que as livremente pactuadas no mercado a certas atividades, as instituições financeiras se viam obrigadas a elevar suas taxas em outras operações. Haveria, portanto, um mecanismo de subsídio cruzado que onerava

grande parte dos tomadores de empréstimos. Em vista da reação imediata de Lessa, ele procurou minimizar o alcance de sua explanação. Mas o golpe já tinha sido desferido. Não havia interlocução possível entre o BNDES, lutando para reduzir a TJLP, e o presidente do BC, com todo o respaldo de que dispunha, argumentando que era obrigado a manter a *Selic* na estratosfera porque a TJLP era baixa.

Tudo indicava estar em jogo a política de crédito dirigido com recursos da poupança compulsória, ameaçada pela cobiça dos bancos, com o apoio do FMI e até da Fazenda e do BC. Posteriormente se comentou que a redução do crédito direcionado já havia sido descartada pelo presidente Lula. Mas a crise já atingira um ponto culminante. Além do que, na

própria semana da demissão, o secretário do Tesouro Nacional se permitira fazer em Londres crítica à gestão do BNDES.

De qualquer forma, para o sistema era imperdoável, por exemplo, a exigência do aval da matriz de multinacionais, diversamente do que ocorrera durante o governo anterior, na desastrosa transação com a AES. Na gestão Lessa não se repassavam recursos sem garantia. E também se pensava grande. Na entrevista concedida por Lessa em 12 de novembro ao jornal *Valor* lê-se, a propósito da Vale do Rio Doce, cuja gestão o entrevistado desaprovava: "A Vale não pode se definir como uma empresa de mineração e de logística. Tem que ter expressão no negócio siderúrgico". No mesmo diapasão, o vice Darc Costa declarava em entrevista no dia 19: "É triste um país não poder diferenciar o capital nacional do capital estrangeiro. Isso acontece em colônia".

Em homenagem ao professor Carlos Lessa, seria o caso de se lançar uma campanha pela revogação da emenda constitucional número 6, de 15/8/95. Como se sabe, essa emenda simplesmente revogou o artigo 171 da Carta de 1988, que definia nitidamente o conceito de empresa brasileira de capital nacional; em consequência, o tratamento diferenciado se tornava "inconstitucional", como exige o neoliberalismo! Com sua sensibilidade de autêntico intelectual brasileiro, o professor Lessa não se conformava com essa mutilação praticada no título referente à Ordem Econômica. Essa atitude, que o enobrece, está na raiz dos ataques neoliberais que enfrentou.

Paula Beiguelman é professora emérita da USP e vice-presidente do Sindicato dos Escritores de São Paulo



Iniciativa pelo
controle do fluxo
de capitais propõe
medida básica
para que o país
tenha autonomia
sobre a sua
política econômica

**CONTRA A DITADURA FINANCEIRA,
LIBERDADE BRASIL**

RITA CASARO

Ainda atado à política econômica que foi eleito para mudar, o governo Lula continua encalacrado numa receita que se diz em busca da estabilidade, mas mantém o país em constante sobressalto. Reduzem-se os gastos públicos a fim de garantir superávit primário – estipulado em 4,5% do PIB em 2004 –, destinado, em tese, ao pagamento da dívida. Altas taxas de juros supostamente previnem aceleração da economia e a volta da inflação. Na prática, remuneram de forma espetacular o capital especulativo que entra no Brasil e elevam a dívida pública, o que suga a economia feita com cortes em serviços essenciais e investimentos. Sem reservas para fazer frente a uma crise financeira e mecanismos que impeçam a fuga de capitais e a conseqüente crise cambial, o Brasil submete-se aos desejos da banca internacional e não tem autonomia para administrar a própria economia. Com isso, seguem-se maiores arrochos e juros cada vez mais escorchantes.

Contra esse círculo vicioso, a iniciativa intitulada “Liberdade Brasil” – já abraçada por diversas entidades e movimentos sociais, entre eles Jubileu Sul, Attac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão), CUT (Central Única dos Trabalhadores), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), IMG-SP (Instituto Maurício Grabois) e Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) – propõe a utilização do instrumento básico para devolver ao país autonomia sobre seus destinos: o controle do fluxo de capitais financeiros. Ou seja, fiscalização e regras para a entrada e saída de dinheiro.

“O mérito da iniciativa é se situar dentro desse ponto que eu chamo de estratégico para uma política macroeconômica”, avalia o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG). A medida, ressalta o parlamentar, é essencial para que se possa lidar com outros dois nós centrais: o endividamento e o papel do Estado como indutor do desenvolvimento por meio do investimento público. Para o economista Fernando Cardim, professor do Instituto de Economia da UFRJ, o controle de capitais é uma espécie de “ponto zero”. “Não é política econômica, mas um instrumento de abertura de possibilidades para isso; serve, por exemplo, para que se possa fixar a taxa de juros independentemente do mercado externo”, explica.

ROMPER O BLOQUEIO

A despeito dos argumentos, como vários dogmas do neoliberalismo, a circulação sem entraves do capital tem sido tratada pelas autoridades econômicas e pela maioria dos meios de comunicação como um dado da realidade contra o qual nada pode ou deve ser feito. Furar tal bloqueio ideológico é um dos grandes desafios. “A idéia é mostrar que isso significa a submissão da sociedade a regras que impedem a aplicação dos recursos em áreas como saúde e educação”, explica o jornalista Antonio Martins, um dos coordenadores da iniciativa.

Para comprovar a tese, ele recorre a números oficiais: o Estado brasileiro gastou em 2003, com o pagamento de juros, cerca de R\$ 150 bilhões. Foram cinco vezes mais que os investimentos autorizados (e muitas vezes não-efetivados) em Saúde (R\$ 27 bilhões); oito vezes

mais que em Educação (R\$ 18 bilhões); 28 vezes mais que em Transportes (R\$ 5 bilhões); 47 vezes mais que em Segurança Pública, Energia ou Preservação do Ambiente (R\$ 3 bilhões); 70 vezes mais que em Ciência e Tecnologia (R\$ 2 bilhões); 140 vezes mais que em Reforma Agrária (R\$1 bilhão); 700 vezes mais que em Saneamento (R\$ 200 milhões).

No esforço para expor a lógica perversa da supremacia do mercado financeiro, ao longo de 2004 foi difundido o debate sobre o tema. Nos dias 25, 26 e 27 de maio, aconteceu o seminário “Controle de capitais”, convocado por Attac, Fundação Rosa Luxemburgo e Grupo de Pesquisa em Moeda e Crédito da PUC-SP, com a presença de dezenas de intelectuais e lideranças sociais. Em 7 de setembro último, o tema integrou o programa do Grito dos Excluídos, na cidade de Aparecida do Norte. Em 28 do mesmo mês, foi discutido “O papel do controle de capitais na construção de uma nova política econômica”, com a participação do sociólogo Chico de Oliveira e do economista Carlos Eduardo Carvalho. E em 24 e 25 de novembro, em parceria com a Fundação Heinrich Böll e o Weed (World Economy, Ecology and Development), foi realizado o seminário “Fazer os mercados financeiros trabalharem para o desenvolvimento – alternativas para reorientar a atuação dos movimentos de capitais”.

MEDIDA ELEMENTAR

Entre os consensos nessas discussões está a constatação de que o controle de capitais, diferentemente do que pregam os defensores da abertura financeira,



Kátia Kolitz/Alammar, 1941

Em 2003, o Brasil pagou cerca de R\$ 150 bilhões em juros; cinco vezes mais que os gastos em Saúde e oito vezes mais do que na Educação

nada tem de extraordinário ou inusitado. “Fazer isso é aplicar a lei e cumprir os contratos, não o contrário”, pontua Carlos Eduardo Carvalho. Entre o pós-II Guerra e os anos 80, quase todos os países controlaram a entrada e saída de dinheiro através de suas fronteiras. Mesmo na era neoliberal, todas as experiências de manter ou retomar esse controle (na Malásia, China e Índia, por exemplo) foram bem-sucedidas. Livraram as nações que as adotaram de crises cambiais e tornaram-nas capazes de estabelecer, com o capital externo, uma relação não-submissa.

No Brasil, a liberalização teve início no governo Collor, em 1992, embora alguns instrumentos, como o IOF (Imposto Sobre Operação Financeira), tenham sido utilizados para desestimular o fluxo de capitais mais voláteis, demonstra a economista Daniela Prates. No entanto, a tendência, afirma ela, tem sido a desregulamentação, inclusive depois da eleição de Lula. Em novembro de 2003, por exemplo, foi eliminada a cobrança de CPMF para trânsito de investimentos entre a Bolsa de

Valores e títulos públicos.

Apesar do clima de descontrole, continua em vigor a Lei 4.131/61, que estabelece regras para o fluxo de dinheiro, o que facilita a reversão do quadro atual. Baseado nessa legislação, ressalta Prates, o Banco Central pode restringir inclusive remessas de lucros e dividendos. Entre as medidas fundamentais para barrar a evasão de dinheiro, ela recomenda o fim das conhecidas contas CC5, sigla de Carta Circular nº 5, editada em 1969 pelo BC. Na origem, elas tinham o objetivo de permitir a estrangeiros residentes no país, como diplomatas ou funcionários de multinacionais, converter recursos trazidos do exterior em moeda nacional e depois repatriá-los. Contudo, à revelia da lei, foram ampliando-se as possibilidades de uso desse instrumento. Por conta dessa situação, ex-diretores do BC, inclusive o seu ex-presidente, Gustavo Franco, são alvo de uma ação das procuradoras da República, Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá.

Os professores Fernando Cardim e João Sicsú, em caderno especial sobre o tema da revista

Reportagem, recomendam também a adoção de outros dois instrumentos: barreiras à entrada de capital de curto prazo e regulação do endividamento das empresas privadas, impedindo ou controlando os compromissos daquelas que não geram receitas em dólar.

PRÓXIMOS PASSOS

Ponto essencial também, além de conquistar a compreensão e adesão da sociedade, é introduzir o tema em campanhas como a contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e a que defende a auditoria da dívida externa. A idéia justifica-se não só pela óbvia tática de somar esforços ao invés de pulverizá-los, mas também pela relação entre a ausência de controle de capitais e esses outros grandes problemas.

Em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, será dado o primeiro grande passo nesse sentido. Com atividades conjuntas com organizações de várias partes do mundo – duas grandes conferências e 11 seminários – e uma oficina própria, Liberdade Brasil pretende aprofundar a discussão e despertar o interesse para o tema. Entre os pontos a serem discutidos durante o FSM estão mecanismos de controle de capitais, auditoria da dívida externa, tributação das transações financeiras, defesa de usuários de serviços bancários, autonomia dos bancos centrais e interesse público. Para maio, está prevista ampla reunião com lideranças nacionais buscando envolvê-las definitivamente no movimento.

Rita Casaro é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois/São Paulo

A reforma sindical no serviço público

A nova concepção de organização sindical – sob a hegemonia das centrais, com pluralismo de representação e critério de representatividade, tendo a negociação como principal mecanismo de solução de conflitos – será estendida aos servidores públicos, respeitadas as especificidades da administração pública, conforme consta do relatório final do Fórum Nacional do Trabalho (FNT). Segundo o documento que orienta a elaboração da PEC e das leis sobre a nova estrutura, “as diretrizes sindicais e trabalhistas definidas no FNT serão asseguradas aos servidores públicos, respeitando o princípio federativo, a natureza do regime jurídico dos servidores, os procedimentos de negociação coletiva e as formas de composição de conflitos, que merecem regulamentação específica”.

EXPERIÊNCIA RECENTE

A organização sindical no serviço público é uma experiência relativamente recente; remonta à segunda metade do século XX. A primeira convenção da OIT que tratou da matéria, o Convênio 151, é de 1978. A Alemanha talvez seja o único país em que os direitos de sindicalização e negociação nesse setor sejam plenos, inclusive para as forças policiais.

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



A proposta do FNT representa avanço ao garantir direito de negociação

No Brasil, embora existissem as associações de servidores, o reconhecimento da representação sindical, sem direito à negociação, só aconteceu na Constituição de 1988. Nos EUA e no Canadá, por exemplo, as primeiras negociações no setor se iniciaram nos anos 60 e na Espanha, nos anos 80 do século passado.

AVANÇO IMPORTANTE

Assim, sem entrar no mérito do modelo, o exercício da atividade sindical plena, inclusive com a introdução da negociação no setor, mesmo com as limitações constitucionais do artigo 37, particularmente o princípio da legalidade, constitui um avanço importante nas relações de trabalho na administração pública. Ela cria espaços institucionais de entendimento e mecanismos de

formalização dos procedimentos de negociação coletiva, cujo descumprimento poderá caracterizar improbidade administrativa.

A garantia de organização sindical no serviço público, previsto no inciso VI do artigo 37 da Constituição, é incompleta porque não assegura plenamente o cumprimento do artigo 8º da mesma Constituição, que determina que seja obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas. Até o direito de revisão anual da remuneração dos servidores, por ausência de negociação, vem sendo negligenciado nas três esferas de governo.

DIREITO DE NEGOCIAÇÃO

Portanto, se prosperar o direito de negociação nos termos propostos pelo FNT, serão assegurados aos servidores públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta, inclusive das autarquias e das fundações públicas, independentemente da natureza do regime jurídico do trabalhador público, o direito de negociação coletiva, cujos termos também serão extensivos aos terceirizados.

Como se vê, apesar das limitações existentes, o direito de negociação no setor público, caso efetivamente se concretize, será um avanço significativo porque poderá obrigar o administrador público, sob pena de improbidade, a cumprir o que for negociado.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

Terceirização e precarização

Passados dois anos do governo Lula, pouco ainda foi feito para alterar o quadro de desregulamentação das relações do trabalho

GILSON REIS

A terceirização teve a sua origem nos EUA no período da II Guerra Mundial como forma de empreender uma adaptação flexível no processo produtivo da indústria bélica. Findada a guerra, essa bomba capitalista lançada contra os trabalhadores foi inserida definitivamente no processo de gestão empresarial nos quatro cantos do mundo, intensificando a flexibilização e precarização das relações do trabalho.

No Brasil, ela começou sua trajetória legal a partir dos anos oitenta com a aprovação da lei 7.102. Porém, desde 1974, com a lei 6.019, a terceirização já estava contida na legislação ao permitir a contratação de trabalho temporário. Inicialmente a focalização desta modalidade contratual concentrou-se nas atividades de vigilância, conservação e limpeza. Todavia, essa lei já abria a possibilidade da contratação de serviços especializados de terceiros em atividades-meio, desde que inexistisse a pessoalidade e a subordinação.

No setor público, a terceirização foi regulamentada pelo decreto 2.271/97, o que permitiu a extraordinária privatização dessa esfera através da contratação de servidores sem concurso público. Já a introdução



Antonio Milena/ABR

de novos dispositivos na lei de cooperativas possibilitou o avanço da terceirização vinculada às cooperativas, na sua maioria ilícitas porque não preenchem os pré-requisitos dos princípios do cooperativismo.

Todo processo desencadeado a partir dos anos setenta encontrou no governo FHC terreno fértil para criar raízes, disseminando a precarização a partir da terceirização e de suas variáveis mutantes. Para desregular as

relações de trabalho e o próprio mercado de trabalho, o tucanato utilizou toda a estrutura do Estado, incluído nesta trama o próprio Ministério do Trabalho, para alcançar seus objetivos.

RESULTADO DESASTROSO

O resultado para os trabalhadores foi e continua sendo desastroso. A terceirização ampliou a mais cruel relação

Sindicalismo brasileiro ainda enfrenta de maneira despolitizada, fragmentada e corporativa a terrível praga da terceirização

cotidiana no local de trabalho ao colocar lado a lado trabalhadores formais e terceirizados. Essa diferenciação pode ser observada em todos os segmentos da economia: de um lado, os mais ou menos amparados, do outro, os pré-escravizados.

Sem qualquer fiscalização na era FHC, a terceirização avançou inclusive nas atividades-fins das empresas e em todos os setores da administração pública. Sua expansão, sem precedentes no mundo e sem critérios jurídicos, desrespeita amplamente a legislação vigente desprezando, inclusive, o enunciado 331 do TST que buscou normatizar minimamente o processo de contratação de terceiros, impondo algumas restrições.

A terceirização também influi de maneira decisiva no sindicalismo. Ao estabelecer formas de contratação diferenciada, ela provocou divisão e fragmentação na base sindical. O sindicato de categoria, que antes abarcava todos os trabalhadores, passou a representar somente os das atividades-fins. Os terceirizados foram diluídos em várias entidades, o que gerou uma disputa fratricida pela representação sindical.

Passados dois anos do atual governo, pouco foi feito para alterar esse quadro. O mercado de trabalho continua completamente desregulado e entregue às práticas neoliberais. Um gesto importante do governo Lula foi retirar a tramitação do projeto-lei 4302/88 da gestão FHC que visava transformar a terceirização num modelo de contratação de amplo alcance, o que aumentaria ainda

mais a precarização do trabalho.

No entanto, esse tema voltou agora a tramitar no Congresso através do PL 4330/04 do deputado federal Sandro Mabel, da base aliada, que resgatou os princípios do projeto de FHC. Entre outras artimanhas, o PL permite a contratação de terceiros para contrato permanente, acabando com temporiedade; no caso do setor público, retira a responsabilidade solidária do contratante no tocante aos direitos trabalhistas.

PAPEL DO SINDICALISMO

O tema terceirização deve ser enfrentado de forma corajosa. Em várias administrações públicas, incluindo as do campo popular, aplica-se este modelo em larga escala. Em alguns casos por convicção ideológica; em outros para contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal imposta por FHC que limita o gasto público.

O patronato pressiona permanentemente o governo para ampliar a terceirização, sem qualquer ingerência legislativa. Na concepção empresarial, pós-taylorista, a empresa deve focar suas energias nas atividades-fins; a Benetton, por exemplo, não possui um único trabalhador contratado no processo produtivo.

O sindicalismo ainda enfrenta este tema de forma despolitizada, fragmentada e corporativa. Despolitizada e fragmentada porque, após 30 anos de terceirização, jamais propôs uma campanha unificada contra essa excrescência. Isto não anula o papel de algumas entidades que

lutaram e até reverteram os excessos não previstos em lei. E corporativa porque a disputa pela base sindical serve ao capital e não ao trabalho.

Enfrentar este debate será decisivo para o futuro do trabalho e da organização sindical. Diante dos riscos da reforma sindical e trabalhista, esse tema ganha centralidade. O combate intransigente à terceirização e às suas variáveis é um desafio histórico para os trabalhadores. Acabar com a terceirização ou delimitar de forma drástica essa regra contratual é o caminho mais curto para diminuir a precarização no trabalho.

A estrutura organizativa por ramo de atividade, proposta pela Corrente Sindical Classista, estabelece o vínculo sindical de todo e qualquer trabalhador à entidade preponderante no local de trabalho. Esta definição permitirá a reestruturação dos sindicatos com o fim das disputas pela representação de base.

No setor público, além de defender o concurso como forma de contratação, o sindicalismo deve combater o atual modelo econômico que privatizou o Estado e impôs duras restrições fiscais e administrativas. Para os que lutam por uma nova sociedade, fundada na solidariedade e na justiça, essa situação é inadmissível.

Gilson Reis é membro da executiva nacional da CUT, dirigente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais e integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)





CAPA

O Fórum Social Mundial nasceu das lutas antiglobalização que tiveram como marco os protestos nas ruas de Seattle (EUA)



Antonio Milena/ABR

A luta pela paz, contra a agressão imperialista dos EUA, obrigatoriamente ocupará lugar privilegiado na quinta edição do FSM que retorna a Porto Alegre em janeiro próximo

SÔNIA CORRÊA

Entre 26 e 31 de janeiro de 2005, Porto Alegre volta a ser a capital internacional dos movimentos sociais, dos debates e da busca de alternativas ao projeto neoliberal em curso no planeta. O Fórum Social Mundial nasceu das chamadas

lutas antiglobalização que tiveram como marco os protestos ocorridos nas ruas de Seattle (EUA), em 1999, nas quais já se observava a unidade na diversidade das organizações populares. Movimentos juvenis, sindicais, feministas, negros e indígenas, ambientalistas, religiosos, intelectuais, grupos de direitos humanos, ONGs, entre

outros, dos mais diversos matizes ideológicos e culturais, levantaram suas bandeiras na luta contra a globalização neoliberal.

Diversas reuniões ocorreram até se chegar à idéia de um fórum paralelo ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Porto Alegre foi, então, eleita a cidade-sede do primeiro Fórum Social Mundial, a partir da

avaliação de que os movimentos populares, progressistas e de esquerda no Brasil, já naquele momento, possuíam grande força política. O Rio Grande do Sul e sua capital encontravam-se governados por forças do campo da esquerda, liderados pelo PT. O 1º FSM, em 2001, que ficou conhecido como o fórum anti-Davos, foi marcado pela avaliação da realidade mundial hegemônica pelo neoliberalismo. Ele contou com 18 mil participantes de 117 países. O acampamento intercontinental da juventude teve 2 mil jovens.

Já na sua segunda edição, o debate foi além da constatação da realidade e procurou transitar para a busca de alternativas à globalização neoliberal. Outra marca foi a contestação contra a política belicista do imperialismo estadunidense e à luta contra a Alca. Em 2002, também se ampliou o número de participantes. Foram 51 mil pessoas de 131 países; já no acampamento da juventude estiveram 15 mil jovens.

Segundo a comissão de organização, o 3º FSM, ocorrido de 23 a 27 de janeiro de 2003, em Porto Alegre, reuniu 100 mil participantes. Foram credenciados 20.763 delegados, representando 5.717 organizações de 156 países. Ocorreram ainda 1.286 oficinas e o acampamento intercontinental de juventude recebeu cerca de 25 mil jovens. Esses números são

**Após dois anos, o
FSM retorna a
Porto Alegre num
quadro de derrota
das forças de
esquerda na capital**

ainda mais expressivos levando em conta que os debates travados no fórum são reproduzidos em centenas de nações, sempre sob o *slogan* de que “outro mundo é possível”.

FADIGA NEOLIBERAL

Fator relevante da realização do 3º FSM no Brasil foi que ele aconteceu no momento em que o país ingressou numa nova fase política, inaugurada pela vitória das forças antineoliberais. Para o jornalista Altamiro Borges, editor da revista *Debate Sindical*, em artigo para o Portal Vermelho, o “3º Fórum Social Mundial ocorreu num cenário mais complexo e carregado de possibilidades”, num período em que “avançou a luta contra o pensamento único neoliberal, que hoje dá sinais evidentes de fadiga”. A vitória de Lula no Brasil e a resistência do presidente Hugo Chávez ao golpismo na Venezuela eram as expressões desse avanço.

Outra novidade desse FSM, segundo Altamiro Borges, é que os êxitos da esquerda na América pareciam indicar os limites das visões *movimentistas*. “Todos estes episódios, que amadureceram rapidamente nos meses anteriores ao 3º FSM, confirmam a tese de que é preciso, cada vez mais, impulsionar e vincular as lutas sociais e as ações políticas, visando à derrota do neoliberalismo e à superação do capitalismo”.

Num processo mais politizado, a ênfase dessa terceira edição foi a ameaça de guerra imperialista contra o Iraque. Isso ficou evidente já na primeira grande conferência “contra a militarização e a guerra” que lotou o Ginásio do Gigantinho, com capacidade para 15 mil pessoas. Mesmo com enfoques

Reeleição de George W. Bush nos EUA acende o sinal de alerta e coloca em perigo o futuro da paz e dos povos

diferentes, os vários conferencistas se uniram na rejeição ao imperialismo estadunidense, taxado de “verdadeiro eixo do mal”.

Nesta conferência, chamou a atenção a palestra do filósofo marxista István Mészáros, húngaro radicado na Inglaterra, que discorreu sobre a atual fase do neoliberalismo e afirmou que o mesmo está em processo de esgotamento. “Essa globalização fracassou porque não consegue criar um único Estado do capital, já que a história dos países é de Estados nacionais”, afirmou. Ele criticou duramente a chamada “terceira via” de Toni Blair e de “outros que andam dizendo que não há mais espaço para os movimentos radicais de massas”. Para Mészáros, “se não há futuro para o movimento radical de massas, não haverá futuro para a humanidade”. Para ele, ou a humanidade caminha para “o socialismo ou para barbárie”.

REALIDADE ADVERSA

O 5º Fórum Social Mundial se dará, agora, num contexto internacional e nacional bastante carregado de ameaças. A recente eleição nos EUA, com a recondução de George Bush ao comando da potência norte-americana, ascende o sinal de alerta. Sob pretexto de combater o terror, Bush reafirma a chamada “guerra preventiva”, que coloca



CAPA

Para Mészáros, “se não há futuro para o movimento radical de massas, não haverá futuro para a humanidade”

em risco as possibilidades e esperanças dos povos num mundo de paz e justiça. Para dar consequência ao *slogan* de que “outro mundo é possível”, a luta pela paz, obrigatoriamente, terá de ocupar lugar privilegiado no FSM. A adversa realidade mundial exige a convocação de gigantescas manifestações contra a agressão criminosa dos EUA ao Iraque e contra o “poder total” do império.

Já no tocante ao Brasil, após dois anos, o FSM retorna a Porto Alegre numa realidade política distinta no Estado e na capital gaúcha. Já na última edição, as forças progressistas que dirigiam o Rio Grande do Sul perderam a eleição para uma composição de centro. Agora, também Porto Alegre sofre a derrota eleitoral dos partidos de esquerda que havia 16 anos administravam a cidade. Isto significa um duro retrocesso na luta política do Estado e que fez de Porto Alegre uma referência mundial de resistência ao projeto neoliberal e o nascedouro do FSM. A derrota da Frente Popular gerou, inclusive, uma polêmica sobre a manutenção do FSM em Porto Alegre, com grande repercussão na mídia. Mas o comitê organizador, em nota pública, esclareceu que “a eleição de outros governantes não apaga a tradição de lutas” e a hospitalidade do povo.

Do ponto de vista da estrutura, também haverá novidades. Em setembro passado foram iniciadas as obras de infraestrutura (cerca de 80 mil m² de construções, rede elétrica, água, esgoto e estações de pré-tratamento, drenagem, iluminação, etc). Elas deverão ser

“A luta pela paz, contra a guerra e o imperialismo”, será o tema do seminário promovido pela Cebrapaz

pagas com recursos do próprio FSM, estimados em R\$ 1 milhão, no território que compreende a orla do Guaíba, os parques Harmonia e Marinha do Brasil. Serão realizadas construções permanentes e temporárias, com espaços para conferências, painéis e eventos culturais. Segundo os organizadores, cinco pólos de multiserviços serão instalados no trecho entre o Cais do Porto e o Gigantinho. Cultura e lazer terão 8 mil m² para a realização de shows, feiras e exposições, num espaço localizado ao lado da Usina do Gasômetro.

EIXOS E DESAFIOS

Quanto à metodologia do 5º FSM, o comitê internacional promoveu um questionário para identificar os principais temas e que resultou em 11 eixos: 1) afirmando e defendendo os bens comuns da terra e dos povos como alternativa à mercantilização e ao controle das transnacionais; 2) arte e criação: construindo as culturas de resistência dos povos; 3) comunicação: práticas contra-hegemônicas, direitos e alternativas; 4) defendendo diversidades, pluralidade e identidades; 5) direitos humanos

e dignidade para um mundo justo e igualitário; 6) economias soberanas pelos e para os povos; contra o capitalismo neoliberal; 7) ética, cosmovisões e espiritualidades: resistências e desafios para um novo mundo; 8) lutas sociais e alternativas democráticas: contra a dominação neoliberal; 9) paz e desmilitarização: luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida; 10) pensamento autônomo, reapropriação e socialização do conhecimento e das tecnologias; 11) rumo à construção de uma ordem democrática internacional e integração dos povos.

Os questionários resultaram ainda em três eixos transversais: emancipação social e dimensão política das lutas; luta contra o capitalismo patriarcal; e luta contra o racismo.

O 5º FSM será palco também do Encontro Anual dos Partidos Comunistas da América Latina e da Europa. O evento é um fórum de intercâmbio dos comunistas do mundo e discutirá os processos de integração das lutas e a

Porto Alegre foi eleita cidade-sede do 1º FSM a partir da avaliação de que a esquerda política e social do Brasil já possuía expressiva força



Antonio Milena/ABR

realidade de cada país. Os comunistas ainda organizarão duas grandes atividades previstas na programação oficial do fórum: “A luta pela paz, contra a guerra e o imperialismo”, promovida pela Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz) e outras entidades internacionais de luta pela paz; e “A atualidade da luta pelo socialismo”, promovida pelo Instituto Maurício Grabois, em conjunto com institutos e revistas ligadas aos partidos comunistas do planeta.

Apesar das adversidades e confusões, o 5º Fórum Social Mundial estará diante de enormes desafios. Ele precisará avançar na construção de alternativas

O 5º FSM estará diante de enormes desafios; ele deve avançar na busca de alternativas à barbárie neoliberal

concretas para a humanidade. Fala-se que “outro mundo é possível”, mas não se diz que mundo é esse e quais as suas perspectivas. A realização do FSM, a cada ano, precisa produzir agendas políticas concretas, que intensifiquem as mobilizações sociais no mundo inteiro.

No campo mundial, deve reforçar a solidariedade ativa aos povos, como aos iraquianos, criminosamente atacados pelos EUA, ou aos cubanos, sufocados pelo cruel embargo. É preciso também avançar além do diagnóstico e da luta geral contra a globalização neoliberal. A superação dos graves problemas sociais demanda um encontro de caráter anticapitalista, que aponte para a proposta de que o socialismo deve ser o futuro da humanidade, pois apenas esse é capaz de produzir uma sociedade de justiça, democracia e paz.

Sônia Corrêa é assessora de imprensa e integrante da equipe de formação do Centro de Estudos Sindicais (CES)

Em debate os legítimos recursos sindicais

Em 1932, Roosevelt foi eleito presidente dos EUA para enfrentar os efeitos devastadores da depressão econômica. Empossado, iniciou a série de medidas transformadoras conhecidas como *New Deal*.

O desemprego maciço foi atacado com o aumento do salário e a redução da jornada. A lógica de tais iniciativas pode parecer estranha hoje aos olhos da ortodoxia, acostumada pelo rentismo, a precarização e quebra de direitos, mas a história do capitalismo nos EUA confirmou a justeza desta linha de ataque.

EXEMPLO HISTÓRICO

Roosevelt estimulou a negociação entre empresários e sindicatos de códigos de conduta que prefiguravam um novo arranjo institucional. No início, os empresários ensaiaram enfrentar os sindicatos (e a própria política de Roosevelt) com a criação dos *Company Unions*, os sindicatos de empresa.

Um de seus "atrativos" era o baixo custo das contribuições sindicais. Enquanto para os sindicatos da AFL as contribuições médias eram de 2 dólares por mês (equivalentes a um dia do salário mínimo mensal), os *Company Unions* cobravam 25 centavos, ou seja, oito vezes menos.

Apesar desta "vantagem

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Vitória no Senado repõe em termos razoáveis o debate sobre as receitas

econômica", os sindicatos de empresa foram derrotados e, como instituição, saíram rapidamente de cena. Os trabalhadores logo se convenceram que, neste caso, o barato sai caro.

Cito este exemplo histórico para realçar a importância das discussões em curso no Brasil sobre as fontes de custeio sindicais, suas origens, seus valores e suas modalidades legais.

Há um fogo de barragem contra as receitas sindicais. Exageros inaceitáveis são dados como norma; os resultados da ação sindical (mobilizações, greves, negociações, aumentos salariais e reduções de jornada) são dissociados dos recursos empregados para sua obtenção e as funções arrecadadoras do sindicato predominam artificialmente sobre o seu papel organizador, defensor e conquistador.

Chega-se a falar em tunga sindical e em *nomenklatura* e o editorial de um grande jornal afirma, de modo categórico, que "no mundo civilizado, sindicatos sobrevivem de mensalidades pagas voluntariamente por seus associados", o que não é verdade, nem meia-verdade, é desinformação.

PORCARIA 160 DO MTE

Contra esta pressão liberal que excita e confunde, o movimento sindical obteve no Senado grande vitória ao derrubar a *Porcaria 160* do Ministério do Trabalho. Pela primeira vez em muitos anos, o tema dos recursos sindicais legítimos foi tratado como aspecto importante de um assunto importante.

A unidade de ação do movimento projetou-se na unidade de todas as forças políticas do parlamento e abriu caminho para uma solução provisória, que determina valores, limites e procedimentos democráticos para as contribuições sindicais decorrentes das negociações, calculadas sobre a folha de pagamento.

A vitória no Senado e o encaminhamento da solução provisória negociada repõem em termos positivos a dinâmica da reforma sindical progressista para constitucionalizar as centrais, legalizar o sindicato nos locais de trabalho, garantir e ampliar a representatividade e a democracia sindicais e estabilizar, de vez, de maneira razoável e criteriosa, os recursos das contribuições voluntárias e compulsórias dos trabalhadores.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

A violência no campo no governo Lula

A tão esperada reforma agrária entrou em ritmo de espera e a truculência do latifúndio bate recordes históricos nos dois primeiros anos do governo Lula

DOM TOMÁS BALDUINO

A posse de Lula como presidente da República, no dia 1º de janeiro de 2003, caracterizou-se pela euforia da “esperança que vence o medo”. Esperava-se que os grandes problemas sociais seriam encarados e que seriam apontadas soluções eficazes para os mesmos. Trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram que havia chegado a hora de uma mudança profunda e que a reforma agrária finalmente iria acontecer.

O anúncio do Programa Fome Zero, que teve acolhida favorável de todos os setores da sociedade, parecia ser um caminho aberto para o assentamento das centenas de milhares de famílias sem-terra que, desde muito tempo,



Bruno Spadati/ABR

O que mais irritou os ruralistas foi o presidente Lula ter recebido dirigentes do

José Cruz/ABR



Dom Tomás Balduino em protesto dos sem-terra

reivindicam um pedaço de chão para viver e dele retirar seu sustento. Cresceu a auto-estima de uma multidão de brasileiros que vislumbrara ter chegado o momento de ter reconhecida sua cidadania.

A euforia e a esperança se transformaram em ações concretas. Multiplicaram-se as ocupações e os acampamentos de sem-terra que, durante o ano de 2003, bateram um recorde histórico. Ocupações e acampamentos somados, segundo os dados da CPT, atingiram o número de 676 ações, envolvendo um número de 124.634 famílias – 623.170 pessoas.

Mas o que se viu foi algo diferente. A tão esperada reforma agrária entrou em ritmo de espera. Em 2003 foram assentadas apenas 36 mil famílias; dessas, 22.240 em Projetos de Assentamentos criados em 2002. O assentamento de outras 4.828 foi fruto de reconhecimento da posse. Somente 9.233 famílias foram beneficiadas em assentamentos criados em 2003. Em 2004, até agosto foram assentadas 33.300 famílias, o equivalente a 37% dos projetos do governo Lula.

NÚMEROS ASSUSTADORES

Mesmo sem o governo realizar o que os movimentos desejavam, a violência contra os trabalhadores cresceu de maneira assustadora. Em 2003, os conflitos no campo atingiram um patamar nunca antes atingido: 1.690 conflitos, envolvendo 1.190.578 pessoas. O Poder Judiciário emitiu ordens de despejo contra 35.292 famílias, envolvendo 176.485 pessoas, um número recorde desde que a CPT começou a fazer o registro destes dados e, possivelmente, um recorde em toda a história brasileira. Um aumento de 263,2% sobre os números do ano de 2002. O número de prisões também foi 140,5% maior que 2002.

A ação do poder privado do latifúndio também se mostrou muito ativa. O número de assassinatos cresceu 69,8% em relação a 2002. Foram mortos 73 trabalhadores em conflitos no campo. Número mais elevado só foi registrado em 1990 e na década de 80. O índice de famílias expulsas da terra foi 151,4% maior que em 2002. Também com relação ao trabalho escravo, o número de situações denunciadas foi de 240, tendo sido fiscalizados pelo Ministério do Trabalho, 154 casos com a libertação de 5.010 pessoas. Esse número representa 52,5% do total de trabalhadores libertados desde de que foi criado o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho, em 1995.

Em 2004, até o final de outubro, a CPT registrou 21 assassinatos de trabalhadores. E a exploração da mão-de-obra em condições análogas à escravidão se mantém. O assassinato dos três auditores do Ministério do Trabalho e de seu motorista, em Unaí (MG), no início do ano, escancarou para o mundo a realidade do trabalho escravo e a violência que o acompanha.

Dois fatos se destacaram neste cenário em 2003. O primeiro em São Gabriel (RS). O presidente Lula assinou decreto desapropriando o latifúndio Southall em 13.222 hectares. O STF anulou o decreto. O MST, então, organizou uma marcha estadual em direção à área desapropriada. Os latifundiários gaúchos realizaram contramarchas tentando impedir o protesto e o prefeito conseguiu mandado judicial proibindo a sua entrada na cidade. Deflagrou-se, em toda a região, uma grande campanha contra os sem-terra, alcunhados de sujos, imundos, desrespeitadores da lei e da família e outras coisas do gênero.

Outro fato paradigmático aconteceu em Pernambuco. O Engenho do Prado, no município de Tracunhaém, desapropriado em 1999, também teve sua desapropriação anulada pelo STF. Em 2003, as 300 famílias que, desde 1997, ocupavam parte da área e estavam organizadas em várias comunidades com escolas, igrejas, centro comunitário, dentre outras coisas, sofreram

Violência crescente acompanha aumento do agronegócio, que tem o apoio entusiástico do governo Lula

MST e não reprimir sua luta

duas ações violentas de despejo com destruição de todos os bens: 380 crianças ficaram sem escola.

RAZÕES DA VIOLÊNCIA

A que se deve tamanha violência, quando os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditavam que suas reivindicações seriam atendidas?

Com a chegada de Lula ao poder, a correlação de forças sofreu algumas alterações. O governo não tratou os movimentos do campo como inimigos e não utilizou medidas repressivas para evitar suas ações. As entidades dos produtores rurais, apoiadas pela mídia, constantemente cobravam do governo medidas fortes e punitivas para que os sem-terra se sentissem desestimulados em suas ocupações e acampamentos.

O que mais irritou os ruralistas e seus aliados foi o fato de Lula ter recebido cordialmente os dirigentes do MST, no Palácio do Planalto, e de ter colocado um boné do movimento. Mídia, congressistas e entidades patronais reagiram de uma forma que não encontra paralelo em nenhuma outra situação. Para eles, este fato representou o apoio da maior autoridade da nação às ações “criminosas” praticadas pelo movimento.

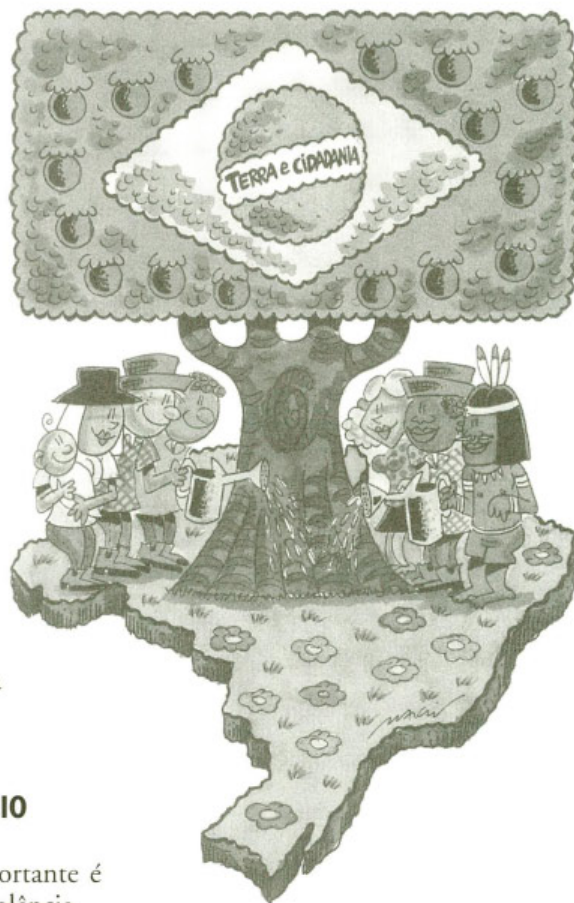
O Poder Judiciário sempre foi muito ágil para emitir liminares de reintegração de posse que acabam se tornando sentenças definitivas. E entrou em rota de colisão com o Executivo quando este desapropriou algumas áreas. Além disto, assistiu-se a retomada de algumas entidades de

proprietários rurais. Já durante a campanha presidencial, diante da possibilidade de Lula vencer, reativaram-se algumas organizações e outras foram criadas, como o PCR (Primeiro Comando Rural), formado no Paraná aos moldes do PCC (Primeiro Comando da Capital). Estas entidades representaram papel-chave no crescimento da violência.

PAPEL DO AGRONEGÓCIO

Mas outro dado importante é que o crescimento da violência acompanha o crescimento do tão decantado agronegócio, entusiasticamente apoiado pelo governo Lula. Em nome dos superávits na balança comercial e do “desenvolvimento”, os direitos dos trabalhadores são sistematicamente “tratorados”. Em 2003, o Centro-Oeste, novo paraíso do agronegócio, assumiu a liderança no número de pessoas envolvidas em conflitos – 310.592 (26,09% do total) – e no de pessoas despejadas pelo Judiciário – 62.995 (35,7%).

Comparando estes números com a população rural de cada Estado chega-se a outra faceta estonteante da realidade. No Mato Grosso, esses dados mostram que 40,8% de sua população rural esteve envolvida em conflitos (210.795 pessoas) e que 6,2% sofreu alguma ação de despejo (32.275 pessoas). Uma verdadeira operação de guerra!



Quanto aos assassinatos, apesar de, em números absolutos, o Pará ser de longe o mais violento (33 dos 73 assassinatos registrados; 45,2% do total), o Mato Grosso, com nove assassinados, é o que apresenta o maior índice de violência relativa (7,6%). O Pará fica com 6,9%.

Toda esta violência está acobertada pelo manto da impunidade. O Poder Judiciário é extremamente lento, quando não omissivo no trato dos crimes cometidos contra os trabalhadores da terra. Para fazer frente a esta violência é preciso que o governo Lula passe a tratar a questão agrária como uma das prioridades de seu governo e combata com firmeza a impunidade.

Dom Tomás Balduino é presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Agronegócio e reforma agrária

A imagem do agronegócio foi construída para tentar ocultar o caráter concentrador, predador, excludente e expropriatório da agricultura capitalista

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo, em suas diferentes fases, esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova da década de 1990 e, é também, uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio

produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

MANIPULAÇÃO DA IMAGEM

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para "modernizá-la". É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador,

predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheiteira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi



Antonio Milena/ABr

construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista, ou agricultura patronal, ou agricultura empresarial, ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de

reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

AGRICULTURA FAMILIAR

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, ela credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana-de-açúcar e laranja – não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, do produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por

Onde predomina a agricultura familiar, a desigualdade é menor e os índices de desenvolvimento são os maiores

Elza Fiúza/ABR



O latifúndio efetua a exclusão social pela improdutividade; já o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade

consequente, os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto, de fato, o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar.

RESISTÊNCIA CAMPONESA

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado, a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio

da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz – a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam, sem muita resistência, as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pelo MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e pelo MMC (Movimento de Mulheres Camponesas).

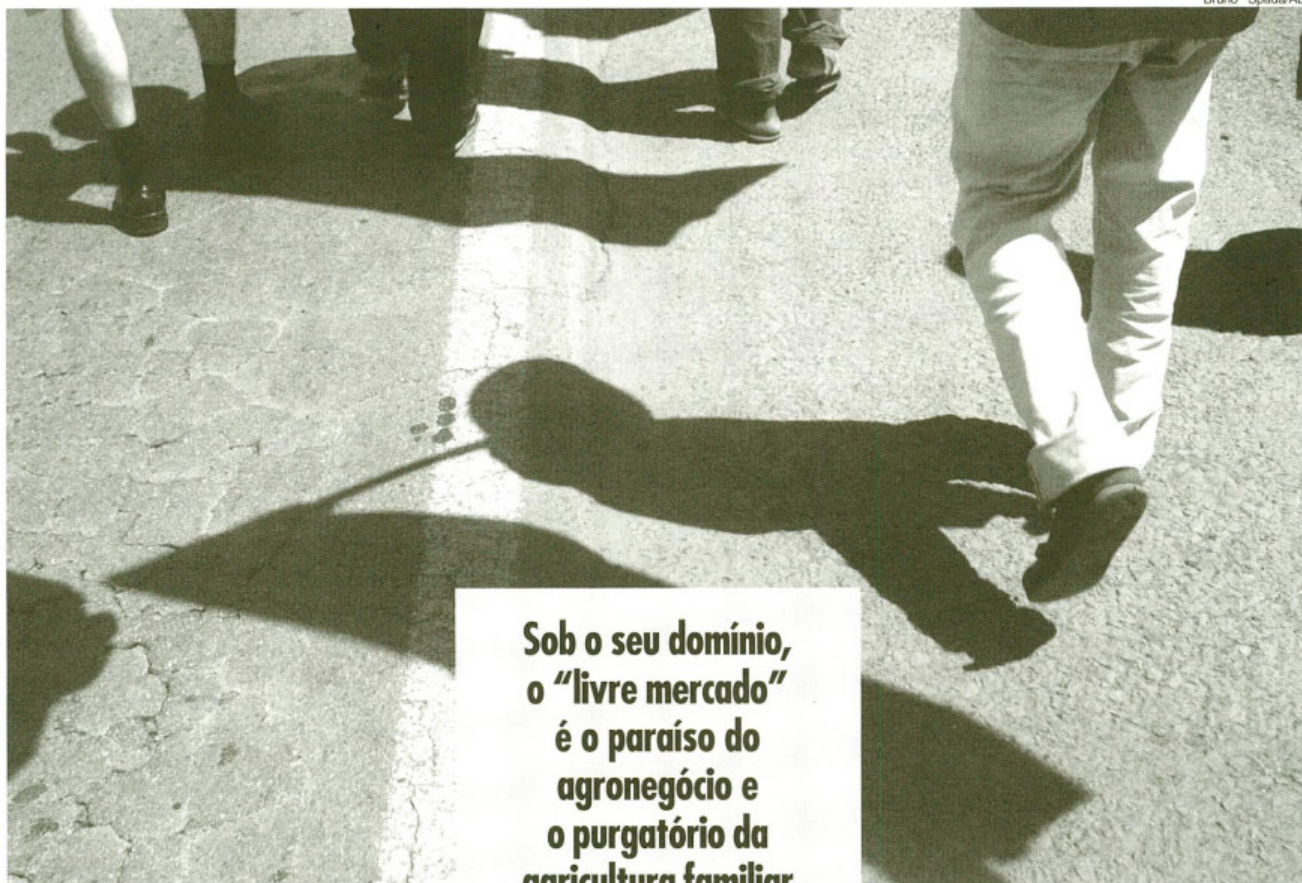
A REFORMA AGRÁRIA

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e, hoje, é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é o objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação



**Sob o seu domínio,
o "livre mercado"
é o paraíso do
agronegócio e
o purgatório da
agricultura familiar**

das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

OCUPAÇÕES DE TERRAS

A cada ano, o agronegócio se territorializa com maior rapidez e

desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e não resta à, resistência camponesa, outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI. Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los de que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que, além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfrentamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil.

Bernardo Mançano Fernandes é professor do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (SP), e autor, junto com João Pedro Stedile, do livro *"Brava gente — A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil"* (Ed. Perseu Abramo, SP, 1999)

Comunicação sindical: uma arma a serviço



Abertura do 9º Curso Anual do NPC

ELIANE AMARAL

A imprensa sindical, mais precisamente a cutista, tem um exército em atuação. São jornais, boletins, *sites* na internet, rádios e tevês comunitárias, num trabalho que envolve centenas de profissionais. O poder de fogo é forte. Mas

como usá-lo a favor dos trabalhadores, como alcançar a sociedade e disputar com a poderosa mídia burguesa? Esse é o desafio para a esquerda, militantes, dirigentes e jornalistas.

Esse é, também, o desafio a que se lançou o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), formado por um

Num valoroso esforço para reforçar a imprensa sindical, popular e alternativa, o Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC) completa dez anos de existência

dos trabalhadores

conjunto de jornalistas, professores, formadores e ativistas sindicais e de movimentos sociais que há dez anos se decide a estudar a comunicação sindical, alternativa e popular. Num dos muitos livros produzidos pelo NPC, *Manual de Linguagem Sindical*, os coordenadores Claudia Santiago (jornalista), Vito Giannotti (escritor) e um dos integrantes da equipe, Sérgio Domingues (sociólogo), escrevem sobre esse desafio:

“A imprensa sindical tem uma responsabilidade histórica. Por sua natureza imediata ela mostra e organiza as lutas específicas de cada grupo de trabalhadores contra as várias manifestações da exploração. Ao mesmo tempo, ela pode veicular a perspectiva de um combate a todo o sistema de exploração. A luta pelos famosos objetivos históricos dos trabalhadores. A perspectiva de um mundo justo, igualitário, sem exploração e opressão do homem pelo homem. Um mundo novo, revolucionado. Revolucionário. Disso tudo nasce a afirmação de que sem comunicação não há solução... não há revolução”.

Essa comunicação precisa ser muito bem feita e compreendida e deve usar todos os meios para disputar a hegemonia na sociedade, dia-a-dia. Mídia e poder se conjugam e se completam. O poder depende das grandes empresas de comunicação para legitimar sua política junto à

opinião pública. É um grande acordo para manutenção do controle político, econômico e cultural.

A equipe do NPC ensina que é preciso mostrar que a classe dominante se vale da censura, repressão, manipulação e sedução para impor suas idéias. E que se pode construir meios na comunicação sindical e popular para resistir e combater o individualismo neoliberal. Vito Giannotti afirma: “Nossa comunicação tem a obrigação de apontar uma perspectiva socialista. Essa é a base da nossa disputa de hegemonia”.

Giannotti: “Nossa comunicação deve dar a perspectiva socialista; essa é a base da disputa pela hegemonia”

PAPEL DA CUT

Especialista no assunto, Vito Giannotti é enfático ao dizer que a CUT, que tem nos seus estatutos o compromisso da transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo, deve fazer esta disputa.

Para o secretário de comunicação da CUT, Antonio

Carlos Spis, a disputa ideológica da informação passa pela utilização de todos os meios e parcerias, exemplificando com a experiência da TV-CUT que já conta com o apoio de empresas privadas. Para ele, é preciso buscar espaços diante do jornalismo comandado por interesses econômicos. O secretário afirma que os profissionais e dirigentes enfrentam uma “ditadura nacional da comunicação”. Por isso, a necessidade de preservar e formar profissionais na área.

Ele destaca a construção de uma rede de comunicação cutista e os cursos promovidos nestes dez anos pelo NPC como iniciativas “de extrema importância para rompermos a hegemonia da informação”. Mas o secretário diz, ainda, que há muito a avançar, principalmente pelo fato da comunicação não ser uma prioridade da CUT. A falta de formação política dos dirigentes e a disputa interna entre várias correntes nos sindicatos e na própria central são problemas que também precisam ser enfrentados e superados.

DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O presidente da Fundação Perseu Abramo, Hamilton Pereira, afirma que tudo passa pela democratização dos meios de

comunicação. “Se não vencermos esse desafio, seremos uma democracia de aparências”. Para ele, o elemento chave da democratização, que é a liberdade de informação na formação da cidadania, “está ainda longe. Os cidadãos brasileiros não são informados ou são mal e ‘porcamente’ informados”.

Segundo Pereira, o trabalho do NPC acrescenta e orienta para as áreas sindical e popular a qualificação e a circulação da informação. “Significa um aporte para que os setores populares e as organizações dos trabalhadores tenham melhor acesso à informação que se pensa necessária para a ação social e política”. Ele destaca que a mídia brasileira caminha a passos largos para uma “virada vergonhosa de extrema direita, que trabalha absurdamente para sustentar a ação dos partidos conservadores”. Exemplifica com os jornais Folha de S.Paulo e Estadão, que funcionam como partidos políticos, pois acabam ocupando espaço devido à ausência e à

Curso do NPC desse ano tem como tema “Comunicação, ideologia e política na batalha pela hegemonia”

desorganização dos partidos. “Eles vendem opinião como se fosse notícia”.

BATALHA DA HEGEMONIA

O NPC – criado para pensar e desenvolver a comunicação sindical e popular – já formou pelo menos 300 profissionais nesta área e ministrou inúmeros cursos por todo país. As pessoas que passaram pelo NPC superam em muito o número de dez mil, entre todas as atividades desenvolvidas pelo núcleo (cursos ligados à comunicação sindical e comunitária e à história dos trabalhadores; palestras e debates;

jornais, cartilhas, revistas e livros destinados aos trabalhadores; reportagens dentro e fora do Brasil).

O curso anual, que em 2004 tem como tema *Comunicação, ideologia e política na batalha da hegemonia*, traz duas novidades: a divulgação dos vencedores do Prêmio NPC e o lançamento da Agenda 2005, única no gênero especializada em comunicação. Nesta edição, o NPC comemora os dez anos de sua fundação.

Já proferiram palestras em seus cursos estudiosos da comunicação e da história dos trabalhadores. Figuras como Marcos Dantas, Ricardo Kotscho, Raimundo Pereira, José Arbex Jr, Bernardo Joffily, Hamilton Pereira, Bernardo Kucinski, Mino Carta, Ricardo Antunes, Salete Maccaloz, Luiz Francisco de Souza, Angela Kleimann, Luis Eduardo Mendonça, Leandro Konder, Adelaide Gonçalves, Reginaldo Moraes, Maria Otilia Bocchini, Valéria London, Rute Aquino, Cid Benjamin, Roseli Figaro, Valério Arcary, Carlos Dornelles, Isleide Fontenelle, Gilmar Mauro, entre outros militantes e pensadores de destaque.

O exército aí está. Agora, como afirma Claudia Santiago, trata-se de tomar consciência da centralidade da comunicação na luta política, com mais investimentos. “E aí se coloca a necessidade de uma imprensa democrática, comprometida com as classes trabalhadoras, com a diversidade, com a cultura como espaço de luta por uma nova hegemonia. Uma imprensa que se relacione com seu público, como semente de uma nova estrutura social”. Esta batalha cabe a todos nós.

Eliane Amaral é jornalista e colaboradora do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC).

Inauguração na véspera do 1º de Maio de 2000,
da 1ª Mostra da Imprensa Sindical Brasileira





Antonio Milena/ABR

A revolução da Internet e a imprensa sindical

O advento da Internet causa uma revolução na maneira como a sociedade adquire e troca informações e a comunicação sindical sofre positivamente esta influência

CLÁUDIO GONZALEZ

Muito já se falou sobre a história da imprensa sindical brasileira. O assunto até ganhou cadeira cativa na grade curricular da maioria dos cursos de jornalismo do país, incluindo os de pós-graduação, contribuindo para aumentar a quantidade de análises e resgates históricos sobre o desenvolvimento desta atividade

no país. Porém, se muito foi dito sobre o que era comunicação sindical do passado, há ainda pouca análise sobre o que ela é hoje e menos ainda sobre o que será no futuro. E, hoje, não se pode vislumbrar o que será da comunicação desenvolvida entre e para os trabalhadores sem levar em conta o avanço da Internet.

O Brasil tem uma larga tradição, de cerca de 120 anos, na área da comunicação sindical, destacando-se, sobretudo nas

últimas décadas, a experiência e a competência comunicacional de alguns sindicatos, especialmente o dos bancários, dos metalúrgicos, dos profissionais de ensino e dos petroleiros. É um conjunto muito pequeno para o universo total de aproximadamente 11,5 mil entidades sindicais de trabalhadores que o país possui. Este dado é do Censo Sindical do IBGE feito em 2001. Alguns "analistas" dizem que são 19 mil entidades, mas não sabem

Nenhuma proposta política ou luta social tem chances de ganhar as massas e disputar a hegemonia sem contar com uma comunicação eficiente

explicar de onde esse número saiu.

Seja qual for o seu tamanho, o fato é que no grupo que inclui bancários, metalúrgicos, profissionais de ensino de todos os níveis, petroleiros e algumas outras categorias do funcionalismo público é que se encontram os sindicatos com maior número de associados, alto volume de arrecadação financeira, tradição no planejamento para investimentos e aquisição de patrimônio e, talvez por isso tudo, é também nestas entidades que hoje encontramos as experiências mais desenvolvidas de comunicação sindical.

O uso cada vez maior e mais profissional que estas entidades fazem dos instrumentos avançados de comunicação mostra que o movimento sindical está finalmente aprendendo que é preciso disputar a hegemonia no campo das idéias utilizando todos os meios que tiver à disposição. Já não basta mais o *jornalzinho* e o panfleto. O patronato e sua classe, para manter o *status quo*, usam todos os instrumentos que o dinheiro lhes permite e o fazem com competência técnica, tendo a seu serviço as mentes mais criativas.

Diante disso, a comunicação dos sindicatos não pode, sob o risco de ser ineficiente, dar-se num patamar muito mais rebaixado que a comunicação do "mercado". Isso vale para a comunicação impressa, TV, rádio e Internet. No caso dos impressos, que alguns estimam em quase 20 milhões de exemplares/mês a produção total dos sindicatos brasileiros, e também no caso do rádio e da

TV, a qualidade e a quantidade de materiais que são produzidos sofre influência muito grande das limitações econômicas das entidades.

O mesmo se aplica, mas em um grau muito menor, à produção de meios de comunicação eletrônicos, que são entre todos os mais baratos. Ainda assim, após quase uma década da consolidação da Internet no Brasil, ainda são poucas as entidades que exploram o potencial da grande rede.

TAMANHO DA REDE

Pode-se alegar que o custo-benefício de investir em comunicação pela Internet seja pouco vantajoso para os sindicatos, pois a maioria dos trabalhadores está alijada da rede. Esta é uma verdade relativa. Estima-se que até 2005 cerca de 1 bilhão de pessoas estarão acessando a Internet em todo o planeta. Mesmo considerando as barreiras idiomáticas, que reduz o público potencial, é um número muito acima de qualquer expectativa de público que o mais ousado projeto de comunicação sindical já ousou prever.

No Brasil há, hoje, cerca de 12 milhões de usuários domiciliares de Internet. Somando-os aos usuários que utilizam a rede no local de trabalho ou estudo, este número sobe para 21 milhões e deve alcançar 25 milhões em 2005. Na América Latina, o número atual estimado é de 58,36 milhões de usuários. É ainda pouco, comparando-se com os Estados Unidos, por exemplo, que tem 153 milhões de usuários,

mas já é uma fatia considerável de população.

Deste universo de pouco mais de 11% da população brasileira que acessa a Internet, quase metade (46%) tem curso superior. Isso faz com que o alcance das iniciativas de comunicação feitas pelos sindicatos através da Internet seja maior ou menor dependendo da categoria. Não é descabido afirmar que muitas categorias poderiam, hoje, dar-se ao luxo de deixar de lado a mídia impressa e utilizar apenas a Internet para se comunicar com seus filiados.

Jornalistas, profissionais do ensino superior, sociólogos, economistas, médicos, engenheiros, técnicos ligados à área de informática, petroleiros, boa parte da categoria bancária, são apenas alguns exemplos entre muitos, de entidades que têm quase 100% da categoria com acesso à rede. Já outras categorias, como metalúrgicos, urbanitários, químicos e comerciários, por exemplo, devem ter menos de 50% dos trabalhadores com acesso à rede. E categorias como trabalhadores rurais e operários da construção civil provavelmente têm a ampla maioria dos trabalhadores incluídos no grupo dos "sem-internet".

Apesar destas discrepâncias, há que se levar em conta também que a Internet permite "dialogar" não só com a categoria, mas com a sociedade em geral. Patrões, governo, entidades de classe do Brasil e do exterior, jornalistas e outros formadores de opinião podem ter acesso, 24 horas por dia, às informações que o sindicato disponibiliza na rede. Essa é uma grande vantagem que,

por si só, justifica o investimento.

Além disso, deve-se considerar que é cada vez maior a fatia da sociedade que tem usado a Internet como fonte prioritária de informação. Nesse sentido, um dado que chama atenção é o crescimento do número de usuários que acessam a rede em conexões de banda larga. Em 2001, segundo pesquisa Ibope/NetRatings, apenas 4% dos internautas brasileiros utilizavam banda larga. Em outubro de 2004, este número, segundo o mesmo instituto, já passava de 44%. Além disso, pesquisa recente revela que os brasileiros só perdem para os japoneses no quesito tempo de conexão. Eles navegam em média 14 horas e 16 minutos por mês; os japoneses, 15 horas e 27 minutos; e os estadunidenses, navegam em média 13 horas e 58 minutos.

Como se vê, o público potencial da Internet não é pequeno e tende a crescer muito nos próximos anos, principalmente se levarmos em conta que num futuro não muito distante ocorrerá a provável interação entre a TV e a Internet.

EXPERIÊNCIAS CONCRETAS

Mas e a presença sindical na Internet. Ela tem acompanhado esta evolução? A resposta, por enquanto, é não. Até mesmo as grandes centrais sindicais demoraram em “engrenar” no uso da Internet. A CUT, em maio deste ano – quase uma década depois do *boom* da Internet no Brasil – ainda aprovava resoluções sobre a necessidade de se ter um site decente. A Força Sindical, que se intitula a “central que mais cresce no país”, até hoje mantém um site pouco atraente e desatualizado. Outras centrais menores, como CGT e SDS,

também têm presença muito tímida na rede. A CGTB, por exemplo, se tiver site, está muito bem escondido, pois nem o *Google* – maior ferramenta de busca do mundo – conseguiu encontrar.

Estes exemplos mostram como o movimento sindical ainda explora pouco este instrumento, por enquanto barato e democrático, de comunicação. As centrais sindicais não têm sequer a desculpa de que seu público não tem acesso à rede, pois a comunicação prioritária das centrais é com os dirigentes dos sindicatos, associações, federações e confederações que elas representam. É um público que pode até não ter o hábito de navegar, mas tem acesso fácil à Internet.

No Brasil há cerca de 21 milhões de pessoas que usam a rede nos domicílios, locais de trabalho e estudo; serão 25 milhões em 2005

E se entre as centrais a utilização da Internet ainda enfrenta dificuldades, pior é a situação das entidades de base. Com algumas exceções, o panorama é desolador. Alguns sindicatos ainda podem se escudar no fato de que suas categorias estão enquadradas no grupo dos “sem-internet” e, portanto, não precisam de “um míssil para matar lagartixa”, como diria Carlos Neponucemo. Porém, nada – a não ser uma visão estreita do potencial e da importância da Internet e da própria esfera da comunicação –

justifica que a ampla maioria das 11.500 entidades sindicais do país esteja fora da grande rede. Nunca é demais lembrar da máxima leninista que afirma que nenhuma proposta política ou luta social tem chances de ganhar as massas sem contar com uma comunicação eficiente.

Mas ainda que a utilização da rede no meio sindical esteja, no geral, subestimada, há experiências muito positivas que merecem ser destacadas. Uma delas é a do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. A página da entidade (<http://www.bancariospoa.com.br>) foi criada há cinco anos e é uma referência concreta para a categoria. Recentemente, junto com as páginas dos sindicatos de bancários dos outros Estados e da Confederação Nacional dos Bancários (<http://www.cnbcut.com.br/>), ela cumpriu papel fundamental na mobilização e orientação da conturbada campanha salarial de 2004 que provocou a maior greve já realizada pelos bancários brasileiros.

Este é apenas um dos muitos exemplos que poderíamos citar se não fosse a limitação do espaço na revista (se este texto fosse publicado na Internet isso não aconteceria). Exemplos como este provam que, se bem utilizada, a Internet pode ser um instrumento de grande eficiência e utilidade para a imprensa sindical.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro da equipe do portal *Vermelho*

A saúde no país ainda permanece no hospital

As derrotas de candidatos governistas nas eleições passadas motivaram análises contraditórias, havendo, porém, consenso de que na capital paulista muito pesou a questão da saúde, relegada a terceiro plano na gestão Marta Suplicy. A irrelevância dada a um problema social desta magnitude serviu de pretexto para que a oposição exibisse os feitos do seu candidato, ex-ministro da Saúde de FHC.

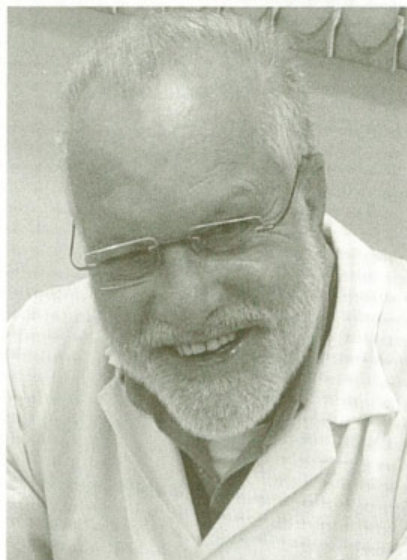
Que os serviços públicos de saúde estão longe de atender às necessidades da população não é novidade. Nem por isso essa questão por si só derrotou ou elegeu candidatos. O resultado decorreu de um conjunto de fatores políticos e sociais; no caso da capital paulista, ele inclui as políticas e ações erráticas na saúde, elaboradas e conduzidas segundo o estilo, crença e ideologia pessoal de seus principais condutores.

Os problemas da área de saúde funcionam como termômetro; aguçam-se quando outros determinantes, de natureza econômica e social, se agravam. Não dá para escondê-los com projetos e ações no varejo como ocorreu na administração FHC/Serra e está ocorrendo na administração Lula.

POLÍTICA DE ESTADO

O arcabouço jurídico legal do

HERVAL PINA RIBEIRO



No Brasil, apenas 43% dos recursos vão para o sistema público de saúde

sistema de saúde brasileiro (SUS) foi dado pela Constituição de 1988 e por uma série de leis complementares com a finalidade de dar suporte a uma política de Estado na área, à qual todos os governos, sejam de que partido for, estariam obrigados a cumprir. Projetos, programas e ações de saúde deveriam ser integradores e obedecerem à política de saúde de Estado.

O SUS é a materialização e instrumento desta política em construção. Contudo, como necessidade social, a saúde precisa muito mais do que uma legislação; precisa de recursos financeiros para investimentos e manutenção de serviços, cujos custos são elevados e tendem a crescer, principalmente na área hospitalar.

AUSÊNCIA DE RECURSOS

Não é o que aconteceu no

governo FHC e nem agora no governo Lula. 6,7% do PIB brasileiro são gastos na saúde. É um percentual próximo ao do Reino Unido que tem, provavelmente, o melhor sistema de saúde dos países ocidentais. Acontece que o PIB desse país é bem superior ao brasileiro, a população duas vezes e meio inferior, a distribuição de renda mais equitativa e as condições de vida bem melhores.

Continuando a comparação, os recursos financeiros destinados à saúde do Reino Unido vão quase todos para o sistema público, enquanto no Brasil vão apenas 43%. Mais da metade de recursos no Brasil vai para "o andar de cima", com diria Élio Gaspari.

AÇÕES ERRÁTICAS

Programas como o saúde da família (PSF), de remoção de doentes (SAMU) e o projeto de terceirizar a administração dos serviços públicos de saúde, entregando-a para organizações ditas sociais, resultam em ações erráticas, caras e de baixa capacidade de resolução; criam mais problemas do que os resolvem.

O SUS carece, de fato, de gerências profissionais, projetos, programas e ações integradoras; porém, muito mais precisa de recursos financeiros. O FMI e o Banco Mundial se opuseram e o governo FHC disse amém. É o que está se repetindo no governo Lula. A saúde, agora como antes, permanece hospitalizada.

Herval Pina Ribeiro é professor-doutor em saúde pública e pesquisador da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

A crise do sindicalismo fordista na Europa

MARCOS DEL ROIO

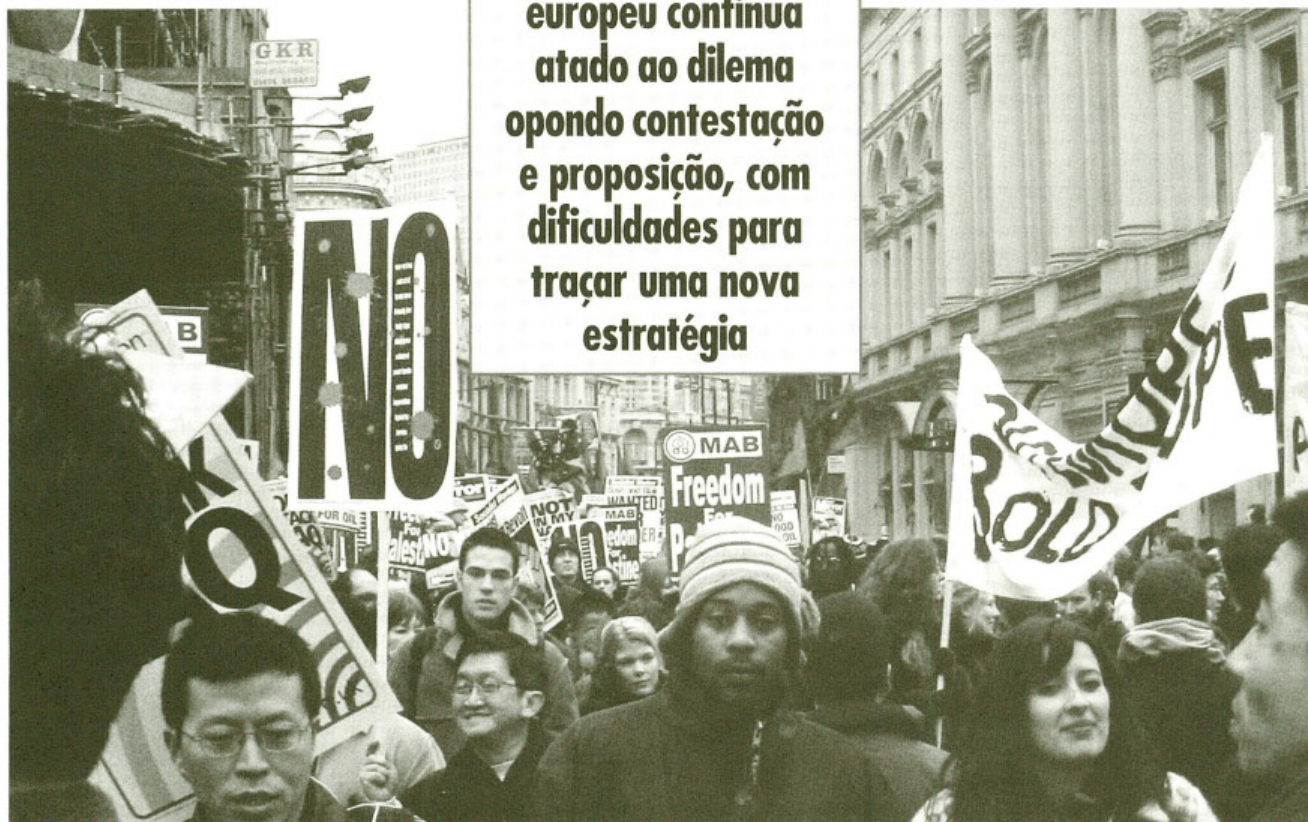
O sindicalismo operário tornou-se uma inegável força social e política dentro dos Estados capitalistas da Europa a partir da década de 1880. No entanto, ele surgiu em contextos capitalistas nacionalmente diferenciados, que se desdobravam em formas organizativas e ideológicas também diferenciadas. O sindicalismo

assumiu em algumas zonas retardatárias a forma de sindicalismo-revolucionário (no Brasil chamado de anarco-sindicalismo), mas a forma mais importante e duradoura foi aquela que definiu o sindicato como instrumento de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores dentro da ordem burguesa, tendo o partido

político operário como seu representante junto às instituições estatais. Assim, o sindicalismo não assumiu o papel de “escola de socialismo”, tal qual imaginava Rosa Luxemburgo.

Na verdade, a tendência predominante foi o sindicalismo preponderar sobre o partido, indicando a orientação política a ser seguida. O resultado disso é que a grande maioria dos partidos operários assumiu uma postura política e cultural reformista, isto

O sindicalismo europeu continua atado ao dilema opondo contestação e proposição, com dificuldades para traçar uma nova estratégia



Sindicalismo operário de massas foi um elemento de peso na época expansiva do

é, que não vislumbrava a ultrapassagem da dominação capitalista. Pelo contrário, quase toda a movimentação revolucionária dos trabalhadores, no decorrer do último século, foi feita apesar e contra os sindicatos e a partir do próprio processo produtivo fabril, por meio de organismos coletivos, como os conselhos ou comissões. Os exemplos são os mais variados, desde a Alemanha de 1918 e Itália de 1919-20 à França e Itália de 1968-69.

A guerra imperialista iniciada em 1914 trouxe desdobramentos importantes, dentre os quais a eclosão da revolução socialista internacional a partir da Rússia e uma quase universal rebelião do trabalho (incluindo Brasil). A força dos trabalhadores especializados e dos sindicatos de ofício se mostrou da Itália aos EUA, mas muito desse poder de pressão sobre o capital residia exatamente no conhecimento especializado.

A rebelião do trabalho foi vencida pela força repressiva do Estado burguês, mas teve que ser domada pela reestruturação da forma de incorporação da força de trabalho no processo produtivo, cuja implicação foi exatamente a expropriação daquele saber operário especializado. Essa reestruturação ocorreu pela organização do trabalho sob o sistema taylorista e fordista, de modo que aos poucos se difunde pela Europa a produção fabril em série e de massa, tal como havia sido concebida nos EUA. No entanto, à diferença dos EUA, onde a resistência operária foi dobrada já em torno de 1920, na Europa foi necessária uma dose de

violência ainda maior, expressa no regime fascista e em assemelhados.

PESO DO SINDICALISMO

A reconstrução capitalista do Ocidente europeu, depois de concluída em 1945, a guerra civil entre as burguesias européias e a guerra delas todas contra o mundo do trabalho e a alternativa socialista, só poderia ocorrer com a consolidação do taylorismo-fordismo. Mas, à diferença em relação aos EUA, as burguesias européias teriam que aceitar a existência de um forte sindicalismo e de fortes partidos operários quer fossem de extração comunista ou socialdemocrata.

A tendência inicial foi a de construir um sindicalismo autônomo e unitário, mas a deflagração da “guerra fria” fez com que as tensões internacionais reverberassem não só entre as alianças partidárias, mas também no sindicalismo. Assim, em países como Itália e França acabaram se formando centrais sindicais de diversos matizes ideológicos: comunistas, socialistas e católicos. Em outros, como a Inglaterra e a Alemanha, nos quais, a rigor, havia um único partido operário com vínculo estreito com os sindicatos, manteve-se uma única central sindical.

Ainda assim é indiscutível que tenha sido um agente fundamental na construção do estatuto da cidadania e da identidade da classe operária de extração fordista durante o período imperialista do capitalismo europeu, marcado pelas políticas keynesistas de

acumulação e de assistência social. Em outras palavras, o sindicalismo operário de massas foi um elemento de peso na época expansiva do capitalismo, nos 30 anos subseqüentes ao final da guerra européia, demarcada pelo imperialismo/fordismo/keynesismo. A pressão do sindicalismo por melhores condições de vida e de trabalho, por melhores salários e direitos sociais, junto com a ação dos partidos operários (socialdemocratas ou comunistas que fossem) contribuiu sobremaneira para a configuração do Estado assistencial, ou melhor, de uma democracia liberal burguesa com direitos sociais na maior parte da Europa ocidental.

O fortalecimento do sindicalismo e dos partidos operários, ainda que ausente qualquer estratégia revolucionária conseqüente, implicou a diminuição das taxas de acumulação do capital, apontando os limites do fordismo “clássico”. A eclosão da rebeldia juvenil, em 1968-69, possibilitou um ulterior fortalecimento do sindicalismo, com as pretensões de interferir na base do mecanismo produtivo e não só na esfera da distribuição. Do ponto de vista político, abriu-se um período de aproximação entre as centrais sindicais e entre os partidos operários, nos casos da França e da Itália.

O sindicalismo, como expressão particular do movimento operário, continuou se expandindo ainda com a queda das ditaduras de caris fascista que sobrevivia no continente europeu. Na Grécia, Portugal e Espanha, entre 1974 e 1977, vieram a

capitalismo, nos 30 anos subsequentes ao final da II Guerra

lume organizações sindicais importantes e combativas que haviam se empenhado na resistência operária contra a ditadura.

OFENSIVA DO CAPITAL

A crise de acumulação do capital era patente em meados da década de 70 do século XX, exigindo que o capital em crise desencadeasse uma ofensiva contra o trabalho e suas instituições representativas, a fim de recompor o padrão de acumulação. A ofensiva do capital se manifestou em todas as dimensões da vida social, a começar pelos fundamentos da produção capitalista, empreendendo uma reestruturação produtiva que incorpora a ciência de inovação direta sob a forma de inovação tecnológica permanente e reorganiza o processo de trabalho e o seu gerenciamento.

Esse conjunto de mudanças ficou conhecido como “acumulação flexível” ou toyotismo e seria uma forma de exploração do trabalho com tendência a superar o fordismo. As implicações mais diretas da ação capitalista têm sido o desemprego estrutural crescente, a desqualificação do saber operário, a precarização das relações de trabalho. O ataque contra o mundo do trabalho se manifestou também sob a forma de redução na assistência social e dos direitos sociais, além da privatização de serviços públicos, num conjunto de medidas identificáveis com o neoliberalismo.

O resultado sobre o sindicalismo fordista e o movimento operário europeu como um todo foi desastroso. A crise do sindicalismo foi induzida pela ofensiva do capital em crise, num realce da gravidade da situação que veio a se criar. A derrota da greve dos mineiros na Inglaterra, em 1979, diante do governo conservador neoliberal de Thatcher, pode ser vista como um ponto de viragem em direção à crise generalizada do sindicalismo europeu. A partir de então, com resultados diferenciados, a luta sindical passou a ser de resistência diante da ofensiva do capital no processo produtivo e nas políticas públicas, centrando-se na defesa do emprego e dos direitos.

Ademais, o sindicalismo tendeu também a encontrar novos motivos de divisão, pois se algumas tendências preferiam se entrincheirar em defesa de algumas posições, outras optaram por buscar um novo terreno de negociação com o capital dentro do campo ideológico do neoliberalismo. Mesmo dentro desse longo período de refluxo, algumas greves importantes se destacaram, como na Itália em 1994 e na França em 1995, as quais conseguiram interceptar movimentos de forte ataque contra o trabalho. Na periferia da Europa, a luta se manifestou contra os artigos antioperários postos no Tratado de Maastricht, que regulamentou a União Européia.

Não há dúvida, contudo, que o sindicalismo fordista, tal qual cresceu e prevaleceu entre 1945 e 1975, depois do que sofreu incontestável derrota, não pode mais se soerguer. Apenas nos

últimos anos é que o sindicalismo vem mostrando alguma capacidade de reação, com o crescimento do número de greves e a assimilação de novas formas de organização das quais é um exemplo os Cobas – Comitês de Base, na Itália. De todo modo, o sindicalismo europeu continua atado ao dilema opondo contestação e proposição, com dificuldades para traçar uma nova estratégia.

O sindicalismo do século XXI deve levar em grande consideração a fragmentação dos trabalhadores, a necessidade da internacionalização da luta operária e sindical e a incorporação das massas de migrantes. Mas esses são elementos para fortalecer a luta fundamental que se encontra na disputa pela gestão do trabalho e das implicações sócias da empresa capitalista atual, caracterizada pela internacionalização e pela utilização de alta tecnologia e de meios informacionais.

BIBLIOGRAFIA

- Giovanni Alves. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. Editora Boitempo, SP, 2000.
- Jean Lojkine. *O tabu da gestão: a cultura sindical entre a contestação e a proposição*. Editora DP&A, RJ, 1999.
- João Bernardo. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. Editora Boitempo, SP, 2000.
- Ricardo Antunes. *Adeus ao trabalho?* Editora Cortez, SP, 1995.
- Ruy Braga. *A nostalgia do fordismo*. Editora Xamã, SP.

Marcos Del Roio é professor de ciências políticas da FFC-Unesp/Marília

INTERNET

CLÁUDIO GONZALEZ

A *Debate Sindical* retoma, a partir desta edição, a coluna dedicada a indicações e comentários de *sites* da Internet voltados para o sindicalismo e o mundo do trabalho. Agora sob responsabilidade do jornalista Cláudio Gonzalez, a coluna destaca as páginas eletrônicas de dois atualíssimos espaços de debate sobre a reforma sindical e trabalhista.

www.fnt.mte.gov.br

Um deles é o próprio Fórum Nacional do Trabalho, instância que reúne representantes de trabalhadores e empregadores, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego. A página do FNT tem design e programação bastante profissionais e, além de notícias atualizadas sobre o debate da reforma sindical, traz as informações sobre a estrutura do fórum, sua composição, organograma, grupos temáticos e comissões especiais e a íntegra dos relatórios produzidos por estes grupos. Bastante completo, mas unilateral.

www.fst-forumsindical.org.br

Outra página é do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST). A intenção de criá-la foi boa, mas o resultado final ficou aquém do desejável. É muita programação para quase nenhum conteúdo. Aparentemente, o *site* foi criado para ser um espaço democrático onde os sindicalistas divulgariam suas opiniões sobre o projeto de reforma sindical e trabalhista, mas parece que a idéia não colou. A página sobrevive, basicamente, de artigos desconexos publicados por leitores e por algumas poucas lideranças sindicais. Não tem sequer a composição do FST, seus objetivos, estrutura e documentos básicos.

FILMES

Compromissos do presidente Lula

MONICA SIMIONI

Dois documentários que já estão em cartaz nos lembram o significado que teve a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. São eles *Peões*, de Eduardo Coutinho, e *Entreatos*, de João Moreira Salles, que foram produzidos conjuntamente no final da campanha eleitoral de 2002.

O primeiro reúne depoimentos de pessoas que conviveram com o então candidato nas greves do ABC no final dos anos 70 e início dos 80. Coutinho não economizou no uso de outros três documentários que trazem cenas da Vila Euclides, das panfletagens nas fábricas e das fugas da polícia: *A greve*, de João Batista de Andrade, *ABC da greve*, de Leon Hirszman, e *Linha de montagem*, de Renato Tapajós.

Ao todo, são quase vinte entrevistas de ex-operários e dirigentes sindicais que contam cheios de nostalgia como estão vivendo hoje. Um dos depoimentos, inclusive, é da faxineira do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que relata orgulhosamente como salvou a única cópia do filme de Tapajós das mãos da ditadura. Muitos deles sentem por Lula muita admiração, alguns até se referem a ele como "segundo pai". Mas há também os que já percebiam que sua gestão à frente do país não seria fácil.

Já o filme de Salles é mais de observação dos fatos que cercaram os bastidores da

campanha eleitoral, desde a escolha de gravatas até reuniões sobre as alianças partidárias. Tudo permeado pela descontração do protagonista, que batuca na mesa, conta piada e aquelas histórias que tanto gosta dos tempos de peão.

Um dos momentos interessantes do filme é quando, no avião e cercado de assessores, Lula comenta que está se dando conta de que vai chegar à presidência e que, uma vez lá, receia ter que submeter suas decisões às Forças Armadas. Um assessor lhe diz que é possível pôr um limite nessa relação. Entretanto, dois anos se passaram e o país já assistiu a alguns tensionamentos em que o governo saiu perdendo, como no episódio que resultou na demissão do ministro da Defesa José Viegas.

Ouvir os ex-companheiros de Lula e olhar para sua campanha em 2002 nos lembra que a disputa dentro do governo ainda é forte e continuará sendo enquanto a pressão sobre o campo conservador não for vitoriosa. Foram 52.793.364 milhões de brasileiros que votaram pelo caráter mudancista de Lula, porque era preciso avançar no campo social e romper com a política neoliberal. Em algumas áreas, o governo chegou a avançar, como na política social, externa e cultural. Mas ainda falta muito.

Uma reforma explosiva

A reforma sindical e trabalhista no governo Lula

Altamiro Borges
(organizador)

Jamil Murad
Heguiberto Navarro
Pascoal Carneiro
João Guilherme Vargas Netto
Andréia Galvão
José Carlos Arouca
Marcio Pochmann
João Felício
João Carlos Gonçalves
Hugo Perez
José Carlos Schulte
João Batista Lemos



A reforma sindical e trabalhista, que em breve será enviada pelo governo Lula ao Congresso Nacional, tem gerado controvérsias no sindicalismo. Alguns apostam que ela aperfeiçoará a legislação existente; já outros temem maiores retrocessos trabalhistas e novos ataques à organização sindical. Uma coisa é certa: ela promoverá uma verdadeira “revolução” no sindicalismo e nas relações entre capital-trabalho no Brasil.

Diante da relevância do tema, o Instituto Maurício Grabois (IMG-SP) promoveu o seminário “A reforma sindical e trabalhista no governo Lula”. Este livro é fruto desse evento e reúne distintas visões – desde os defensores do plurisindicalismo até os que apregoam a preservação da atual estrutura. Ele permite que os leitores aprofundem o debate e definam seus posicionamentos diante dessa reforma estratégica e polêmica.

Adquira já o seu exemplar.

Compre cotas para o seu sindicato.

Entre em contato com o Centro de Estudos Sindicais.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 933, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,

fone/fax: (11) 3106-0700

Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

assine hoje mesmo

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro "ERA FHC: A REGRESSÃO DO TRABALHO"

"ERA FHC" A REGRESSÃO DO TRABALHO

Marcio Pochmann
Altamiro Borges



CES
Centro
de Estudos
Sindicais



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome	_____
Endereço	_____
Bairro	CEP _____
Cidade	Estado _____
Telefone(s)	_____
Fax	_____
Profissão	_____
Correio eletrônico	_____

FORMA DE PAGAMENTO:

- Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00
- Depósito em conta corrente nº 457852-X, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)

● Cartão

☐ Credicard

☐ Visa

Número

Validade